

CLIMA

Tribunal decide que Suíça violou direitos de idosas

O mais alto tribunal de direitos humanos da Europa decidiu na terça-feira, 9, que os países devem proteger melhor seus povos das consequências da mudança climática apoiando um grupo de idosas da Suíça, em uma decisão histórica que poderá ter implicações em todo o continente. O grupo foi afetado porque as mulheres mais velhas são mais vulneráveis ao calor extremo. **PÁGINA 5**

CUIDADOS

Hepatites virais matam 3,5 mil por dia no mundo

As mortes por hepatites virais estão aumentando em todo o mundo e a doença já responde como a segunda principal causa infecciosa de morte no planeta, contabilizando 3,5 mil óbitos por dia e 1,3 milhão por ano - mesmo total de mortes causadas pela tuberculose. Os óbitos registrados em 187 países passaram de 1,1 milhão em 2019 para 1,3 milhão em 2022. **PÁGINA 6**

ÔNIBUS



Prefeitura de SP decreta intervenção na Transwólf

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwólf e UPBus em meio às suspeitas de que as companhias estariam sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas. **PÁGINA 7**

PEDIDOS

Governo tenta conciliar reajustes de servidores

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, na terça-feira (9), que o governo federal tem feito um esforço para conciliar os reajustes dos servidores com outras demandas de recursos. **PÁGINA 3**

O declínio nos mercados emergentes poderia reduzir a produção em três vezes

Países emergentes têm 30% da economia global

Os mercados emergentes duplicaram a sua participação no comércio mundial tanto como exportadores quanto importadores e no investimento direto estrangeiro

Os países emergentes do G20 conseguiram abocanhar uma fatia de quase 30% da economia global e um quarto do comércio mundial. Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado na terça-feira, 9, não só a China, mas outros mercados como Índia, Brasil, Rússia e México têm tido um "papel importante" no desempenho econômico dos seus vizinhos e maior integração com o Produto Interno Bruto (PIB) mundial. O enfraquecimento da economia chinesa e de outros grandes merca-

dos emergentes é um ponto de atenção fundamental para os formuladores de políticas desses países, mas também de outros vizinhos desenvolvidos. Eles devem estar preparados para gerir maiores repercussões na economia global à medida que a influência dos mercados emergentes cresce. Por outro lado, surpresas positivas no crescimento dos países emergentes podem impulsionar maiores receitas de empresas estrangeiras em setores como os de equipamentos elétricos, máquinas e metais, que são mais dependentes da demanda dos mercados emergentes que integram o G20. **PÁGINA 2**

PUNIÇÕES



Moraes: X no Brasil tenta se 'eximir' de responsabilidades

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na terça-feira, 9, o pedido do X no Brasil para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais. Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça. **PÁGINA 7**

CRÍTICAS

Bolsonaristas vão à Bruxelas para denunciar tirania de

Um grupo de deputados bolsonaristas participou na terça-feira, 9, do evento intitulado "Brasil: a repressão de Lula ao Estado de Direito", realizado em Bruxelas, na Bélgica. A reunião foi impulsionada pelas críticas do dono do X (antigo Twitter), Elon Musk, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, com denúncias de "censura" e "perseguição política". **PÁGINA 7**

AMAZÔNIA



O PROGRAMA UNIÃO COM MUNICÍPIOS PELA REDUÇÃO DO DESMATEAMENTO E INCÊNDIOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA, lançado na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 730 milhões a serem investidos na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate ao desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários na Amazônia. "Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal, uma forma de melhorar não apenas a qualidade da prefeitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade", disse. **PÁGINA 8**

IBOVESPA 129.890,37 ↑ 0,80%

Maiores Altas				Maiores Baixas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VAMOS ON NM	8.670	+5,47%	+0,450	CVC BRASIL ON NM	2,60	-2,62%	-0,07
ASSAI ON NM	14.660	+3,82%	+0,540	MRV ON NM	7,40	-1,33%	-0,10
JBS ON NM	22,41	+3,99%	+0,86	SID NACIONAL ON	15,10	-1,56%	-0,24
COGNA ON ON NM	2,35	+2,62%	+0,06	TOTVS ON NM	28,08	-1,20%	-0,34
AZUL PN N2	13,71	+3,08%	+0,41	CARREFOUR BRON NM	13,48	-1,39%	-0,19

Mais Negociadas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	62,55	-0,67%	-0,42
PETROBRAS PN N2	38,73	+0,26%	+0,10
ITAUNIBANCOPN EJ N1	33,57	+1,05%	+0,35
B3 ON NM	12,39	+2,14%	+0,26
SUZANO S.A. ON NM	62,29	-0,50%	-0,31

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.883,67	-0,023%
S&P 500	5.209,91	+0,14%
NASDAQ	16.306,64	+0,32%
DAX 30	18.076,69	-1,32%
FTSE 100	7.934,79	-0,11%
IBEX 35	10.816,00	-0,88%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,007	5,007

PESO	
COMPRA	VENDA
0,006	0,006

EURO	
COMPRA	VENDA
5,007	5,007

LIBRA	
COMPRA	VENDA
6,349	6,353

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 381,82	2.352,67

COMÉRCIO

Países emergentes aumentam influência e detêm 30% do PIB

O enfraquecimento da economia chinesa e de outros grandes mercados emergentes é um ponto de atenção fundamental para os formuladores de políticas desses países, mas também de outros vizinhos

Após duas décadas de "crescimento impressionante", os países emergentes do G20 conseguiram abocanhar uma fatia de quase 30% da economia global e um quarto do comércio mundial, aponta relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado na terça-feira, 9.

Não só a China, mas outros mercados como Índia, Brasil, Rússia e México têm tido um "papel importante" no desempenho econômico dos seus vizinhos e maior integração com o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, segundo o organismo, com sede em Washington DC, nos Estados Unidos.

"A economia global é cada vez mais influenciada pelos grandes mercados emergentes do G20", afirmam Nicolas Fernandez-Arias, Alberto Musso, Carolina Osorio-Buitron e Adina Popescu, ao comentarem o estudo, parte do relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês), que será divulgado na próxima semana como parte das reuniões anuais do Fundo.

Segundo eles, desde a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, os mercados emergentes do G20 duplicaram a sua participação no comércio mundial tanto como exportadores quanto como importadores, e no investimento direto estrangeiro. Como resultado, as economias emergentes estão hoje "muito integradas" nos mercados globais e com o poder de gerar maiores "repercussões" para o resto do mundo.

"Como a sua participação no PIB mundial mais do que duplicou desde 2000, a Argentina, o Brasil, a China, a Índia, a Indonésia, o México, a Rússia, a Arábia Saudita, a África do Sul e a Turquia continuaram a integrar-se na economia global - nomeada-



Estudo do FMI indica que o declínio da produtividade nos mercados emergentes do G20 poderia reduzir a produção global três vezes mais do que teria sido em 2000

mente através do comércio e das cadeias globais", reforçam Fernandez-Arias, Musso, Osorio-Buitron e Popescu.

Nesse sentido, avaliam os autores do estudo do FMI, o enfraquecimento da economia chinesa e de outros grandes mercados emergentes é um ponto de atenção fundamental para os formuladores de políticas desses países, mas também de outros vizinhos desenvolvidos. Eles devem estar preparados para gerir maiores repercussões na economia global à medida que a influência dos mercados emergentes cresce, alertam.

"As repercussões do crescimento dos choques internos nos

mercados emergentes do G20 aumentaram ao longo das últimas duas décadas e são agora comparáveis às das economias avançadas", comparam os autores.

Estudo do FMI indica que o declínio da produtividade nos mercados emergentes do G20 poderia reduzir a produção global três vezes mais do que teria sido em 2000.

Por outro lado, surpresas positivas no crescimento dos países emergentes podem impulsionar maiores receitas de empresas estrangeiras em setores como os de equipamentos elétricos, máquinas e metais, que são mais dependentes da demanda dos mercados emer-

gentes que integram o G20.

O FMI mostrou ainda que bancos, seguradoras e gestoras de ativos sofreram mais de 20 mil ataques cibernéticos nas últimas décadas e que geraram perdas de US\$ 12 bilhões ao setor financeiro global. O número de incidentes mais que dobrou desde a pandemia e representa uma ameaça crescente à estabilidade financeira mundial.

"Os ataques a empresas financeiras são quase um quinto do total, dos quais os bancos são os mais expostos", afirmam Fabio Natalucci, Mahvash Qureshi e Felix Suntheim, autores do estudo parte do Relatório de Estabilidade Financeira Global (GFSR, na sigla em inglês) do

organismo, que será publicado na próxima semana, em paralelo às suas reuniões de Primavera.

Segundo eles, a dimensão de perdas extremas mais que quadruplicou desde 2017, para US\$ 2,5 bilhões. E perdas indiretas, como danos à reputação ou atualizações de segurança, são "substancialmente maiores".

Natalucci, Qureshi e Suntheim consideram os incidentes cibernéticos uma "ameaça grave" à estabilidade uma vez que o setor financeiro é exposto a dados sensíveis, elevados níveis de concentração e uma forte interligação, incluindo conexões com a economia real. Alertam ainda para um "risco elevado" e que pode ameaçar

a resiliência operacional das instituições financeiras, causando impactos negativos para a estabilidade macrofinanceira global.

Conforme o estudo do FMI, instituições financeiras baseadas em economias avançadas estão mais expostas do que aquelas situadas em países emergentes e em desenvolvimento. Apesar disso, o número de eventos tem crescido de um lado ao outro do planeta.

O JPMorgan Chase, maior banco do mundo em ativos, informou recentemente que enfrenta 45 bilhões de eventos cibernéticos por dia, enquanto gasta US\$ 15 bilhões com tecnologia por ano. Em outro incidente, o Commercial Bank of China sofreu um ataque, em novembro do ano passado, que prejudicou temporariamente as negociações no mercado de Trea-suries, que são os títulos do Tesouro dos EUA.

"Embora os incidentes cibernéticos não tenham até agora sido sistêmicos, eventos nas principais instituições financeiras podem representar uma ameaça grave à estabilidade macrofinanceira através da perda de confiança, da perturbação de serviços críticos e devido à interligação tecnológica e financeira", atentam os autores do estudo do FMI.

O Fundo reconhece maiores esforços globais para mitigar os riscos cibernéticos no universo financeiro tanto em países desenvolvidos como nos emergentes, mas alerta para a necessidade de melhorias. Dentre as formas de proteção, o estudo do FMI cita o uso de seguros, cuja adoção cresceu, mas as coberturas ainda continuam baixas, sendo 60% abaixo de US\$ 1 milhão.

"Dada a natureza global e as implicações sistêmicas dos ataques cibernéticos, a coordenação transfronteiriça é crucial para mitigar os riscos cibernéticos", conclui o Fundo.

CURADORIA

IA inventa informações sobre o eclipse solar e ataque a Israel no X

Quando anunciou sua inteligência artificial (IA), Grok, Elon Musk destacou que uma das vantagens do chatbot em relação ao ChatGPT era sua capacidade de comentar eventos em tempo real, com base em "informações" atualizadas, presentes em sua rede social X (antigo Twitter). Contudo, a IA tem feito confusão entre o que é fato, piada e especulação, gerando fake news.

A IA, disponível para usu-

ários premium do X, gerou uma "notícia" sobre o eclipse solar da última segunda-feira, 9, intitulada "Comportamento estranho do sol: especialistas perplexos". O texto diz que o astro tem gerado "preocupação e confusão generalizada entre o público geral", mencionando que algumas pessoas estavam relatando seu desaparecimento.

A "notícia" foi promovida oficialmente pela plataforma

para contextualizar o eclipse solar, que pôde ser visto pelo público em países da América do Norte e se tornou um dos tópicos em alta durante a segunda-feira na rede social.

"Apesar da preocupação crescente do público, não houve declarações oficiais ou explicações de autoridades científicas sobre o estado atual do sol", afirmou o texto gerado por IA. Abaixo, em letras pequenas, há um aviso

de que o Grok é um recurso inicial e que pode cometer erros.

O que fica evidente é que a inteligência artificial gerou a notícia falsa com base em piadas feitas por usuários do X sobre o eclipse solar, sem ser capaz de identificar o tom humorístico das postagens.

Na semana anterior ao eclipse, o Grok gerou outra fake news, na qual afirmava que o Irã havia lançado um ata-

que a Israel. A informação foi promovida oficialmente pela plataforma. Embora tenha havido tensões entre os países após um ataque de Israel ter matado dois generais iranianos, a retaliação do Irã nunca aconteceu.

As fake news geradas pela IA apareceram na seção "Explorar" da plataforma, servindo de texto de apoio para tópicos em alta (trending topics).

Antes da rede social ter

sido comprada por Musk, o Twitter mantinha uma equipe de moderadores humanos, inclusive no Brasil, que fazia uma curadoria de notícias e produzia conteúdos para dar contextos aos acontecimentos. Após a compra da rede pelo bilionário, os editores humanos foram dispensados.

Recentemente, em 5 de abril, um dia antes de começar as provocações a Alexandre de Moraes, Musk postou: "Pressione o botão buscar para ver notícias em tempo real personalizadas para você, criadas por Grok AI".

Desde então, a plataforma passou a incorporar textos gerados pela IA, sem revisão humana, para contextualizar eventos em tempo real, com base no que é postado pelos próprios usuários.

Diário **DC** Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:



RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ARRECAÇÃO

Distribuição dos dividendos da Petrobras ainda divide ministros

Se o pagamento for integral, serão R\$ 12,6 bilhões para União, que é a principal acionista. A cifra ajudará a equipe econômica a compensar a perda de arrecadação



Paulo Pinto - Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria defendido ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o pagamento de 100% dos dividendos extraordinários, que totalizam R\$ 43,9 bilhões

A decisão sobre o pagamento integral ou parcial dos dividendos extraordinários da Petrobras está atrelado ao plano de investimentos da estatal. O governo ainda não definiu de que forma fará a distribuição e o assunto poderá acabar sendo definido pelo conselho administrativo da empresa.

Segundo informações que circularam na tarde de segunda-feira, 8, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria defendido ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o pagamento de 100% dos dividendos extraordinários, que totalizam R\$ 43,9 bilhões.

Já o Ministério de Minas e Energia (MME), comandado por Alexandre Silveira, e a Casa Civil, de Rui Costa, teriam defendido a distribuição de apenas 50% da soma. Nessa ala, prevalece a avaliação de que é mais realista convencer o presidente a adotar esse meio-termo.

Nas conversas internas da Fazenda, o clima é de torcida: tanto para que a distribuição se confirme como para que ocorra o mais rapidamente possível.

Se o pagamento for integral, seriam R\$ 12,6 bilhões devidos à União, que é a principal acionista da estatal. A cifra, se confirmada, ajudará a equipe econômica a compensar a perda de arrecadação com a desoneração dos municípios e aumentará as chances de o governo abrir, em maio, um crédito para gastos extras de até R\$ 15,7 bilhões.

Na manhã de segunda-feira, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, disse não ser segredo o interesse na distribuição dos dividendos "dentro das regras do jogo". "Se fizer sentido para o melhor interesse da empresa e do governo, interessa sim que seja distribuído conforme as regras do jogo", afirmou. "Não acho que deva haver nenhum tratamento dissonante ao que a regra já prevê."

A proposta do governo para

VOLATILIDADE

Defasagem do preço da gasolina pode ser nova dor de cabeça para a Petrobras

A defasagem do preço da gasolina vendida no Brasil em relação ao mercado internacional recuou ligeiramente nos últimos dias, mas permanece alta, registrando 16% na média dos principais polos de importação do País, contra os 19% da véspera. O preço vem sendo afetado também pela desvalorização do real frente ao dólar, e pode se tornar uma nova dor de cabeça para a Petrobras.

A estatal está há 172 dias sem reajustar a gasolina e, de acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), por 64 dias a janela de importação esteve totalmente fechada. No caso do diesel, apesar de uma defasagem menor, de 11% na média, são 105 dias sem aumento e sem importações. O movimento acompanha a alta do petróleo tipo Brent, que entre leves altas e baixas tem se situado em torno dos US\$ 90 o barril.

Já a Acelen, que controla a Refinaria de Mataripe, na Bahia, tem realizado reajustes semanais e registra a metade da

defasagem da Petrobras: 8% tanto para gasolina como para o diesel, segundo a Abicom.

A Petrobras adotou em maio do ano passado uma nova estratégia para os reajustes dos combustíveis, abandonando a política de paridade de importação (PPI) implantada na gestão de Pedro Parente à frente da estatal, em 2016.

Segundo a companhia, eventuais reajustes obedecem a critérios técnicos e são de responsabilidade da diretoria. Eventualmente, o Conselho de Administração da empresa pode solicitar explicações sobre a evolução dos preços, o que deve ocorrer na próxima reunião.

Todo mês é realizada uma apresentação sobre a situação dos preços dos combustíveis aos conselheiros, o que é considerado rotina na companhia.

Embates políticos nos últimos dias, que indicavam uma possível demissão do presidente da companhia, Jean Paul Prates, no entanto, devem ajudar a segurar uma eventual alta da gasolina nas refinarias da estatal. Um

aumento no preço dos combustíveis, neste momento, abriria margem para mais ataques contra Prates.

"O que nos preocupa, no momento, é que, o maior embate entre a companhia e o governo pode tirar poder de manobra para a companhia seguir executando a sua atual política de preços como fez ao longo de 2023", avaliou o analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos. "Vemos, por exemplo, a defasagem na gasolina ultrapassando com facilidade os dois dígitos percentuais frente aos preços no Golfo e acreditamos que embates políticos como estes podem diminuir o capital político necessário para a empresa seguir conduzindo a sua política de preços como vêm fazendo desde a sua criação no ano passado", complementou.

Segundo fontes, a próxima reunião do Conselho será no dia da Assembleia Geral Ordinária da companhia, em 25 de abril, mas nada impede que o órgão solicite uma apresentação extraordinária sobre os preços.

a distribuição dos proventos gira em torno do debate sobre a disponibilidade de recursos para a estatal tocar seu plano de investimentos. No período da tarde de segunda-feira, Haddad afirmou que o caixa da petroleira está robusto, mas lembrou também que o plano da empresa é um desafio porque a companhia estava "dilapidada".

Ele disse que tem levado informações ao presidente Lula sobre a situação do caixa da Petrobras. No mercado financeiro, a percepção é de que a Petrobras tem mantido resultados sólidos, com lucros expressivos, aumento de investimentos e manutenção da dívida em patamares baixos.

Assim, o entendimento entre investidores é de que a decisão de reter os recursos foi estritamente política,

já que a empresa teria capacidade de investir, gerar lucro e remunerar os acionistas ao mesmo tempo.

Na reunião de março, o Conselho da estatal decidiu pela retenção dos dividendos extraordinários, deixando evidentes as divergências dentro da gestão petista. Enquanto os ministros Alexandre Silveira e Rui Costa opinaram, à época, por não fazer a distribuição, Prates defendeu o pagamento de 50%.

Em meio à crescente tensão, Prates agora aguarda uma decisão de Lula sobre sua permanência ou saída do cargo - a expectativa é de um desfecho nos próximos dias.

Em reunião no fim de março, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou duas indicações recebidas pelos acionistas minoritários: do atual conselheiro Francisco Petros Oliveira Lima Papatha-

nasiadis e do novato Aristóteles Nogueira Filho como membros independentes. Ambos já haviam sido aprovados pelo Comitê de Pessoas (Cope) da estatal.

Nogueira Filho teve a indicação de um pool de fundos, entre os quais Opportunity, XP e Ibiúna. Já Petros teria a confiança de importantes investidores estrangeiros.

Petros se absteve da votação, segundo ata da reunião publicada pela Petrobras. De acordo com o documento, os demais conselheiros "acolheram e acompanharam integralmente as análises do Comitê de Pessoas/Elegibilidade acerca das indicações ora submetidas para apreciação" e aprovaram os dois nomes, que serão levados à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Petrobras, em 25 de abril próximo.

O Conselho de Administração da Petrobras é formado por 11 membros, sendo quatro indicados pelos acionistas minoritários e seis pelo governo. A 11ª cadeira é ocupada pela representante dos empregados, Rosângela Buzanelli, que deverá ser reconduzida ao cargo.

Até o momento, os indicados da União são o presidente da estatal, Jean Paul Prates, além de Pietro Adamo Sampaio Mendes, Benjamin Alves Rabello Filho Membro, Bruno Moretti Membro, Ivanyra Maura de Medeiros Correia, Rafael Ramalho Dubeux, Renato Campos Galuppo e Vitor Eduardo de Almeida Saback.

Já do lado dos minoritários, além de Petros e Aristóteles, devem ser reconduzidos o advogado Marcelo Gasparino e o empresário Juca Abdalla.

DEMANDAS

Governo tenta conciliar reajustes de servidores

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, na terça-feira (9), que o governo federal tem feito um esforço para conciliar os reajustes dos servidores com outras demandas de recursos.

"A gente sabe que a negociação nem sempre vai ser o que a categoria quer, nem sempre é o que o governo propõe inicialmente", disse a ministra, ao visitar um condomínio gerido por movimentos de moradia na capital paulista.

Esther Dweck destacou que se trata de um processo demorado, para o qual espera "uma conclusão bastante frutífera".

A ministra ressaltou que existe uma disputa pelo orçamento público e que, além de recuperar o poder de compra dos funcionários públicos, o governo tem trabalhado para recompor os recursos para outras áreas que ficaram defasadas ao longo dos últimos anos.

"Esta foi uma das primeiras medidas: reestruturação do Bolsa Família. E isso, obviamente, consome uma parte do orçamento, restituir os mínimos condicionais de saúde e educação, isso foi algo extremamente importante", enfatizou.

De acordo com Esther Dweck, a área técnica do ministério tem trabalhado para apresentar propostas às categorias que têm reivindicado negociações. "Não tem nenhuma mesa de negociação parada. Às vezes, demora a nossa resposta, mas não quer dizer que, internamente, não estejamos trabalhando. Nossa área que faz isso é pequena, exige uma mão de obra extremamente qualificada, que conheça cada categoria para ver o que de fato é interessante, como melhorar aquela categoria", afirmou.

Diante da dificuldade de obter recursos para promover reajustes, a ministra disse que o governo propôs melhorias em benefícios, como os auxílios alimentação e creche. "Não é aumento de salário, ninguém está confundindo benefícios com remuneração, mas foi uma maneira de pegarmos o orçamento deste ano, que estava impactado pelos 9% de reajuste concedido aos servidores a partir de maio do ano passado."

Desde a semana passada, diversas carreiras do serviço público federal têm feito paralisações e iniciado greves reivindicando aumento na remuneração.

A ministra disse ainda que imóveis sem uso em grandes cidades podem ser destinados à habitação social. Segundo a ministra, a ideia é aproveitar especialmente edifícios bem localizados em regiões centrais.

"Os centros são espaços onde você já tem toda a infraestrutura pronta, você reduz o tempo de transporte de uma qualidade de vida sem precedentes. Quem mora no centro de uma cidade, está próximo do seu lugar de trabalho", disse ao visitar o projeto Dandara. O edifício da União foi declarado de interesse público em 2013 e atualmente abriga 120 unidades habitacionais no centro de São Paulo.

A reforma do edifício foi feita pela Unificação das Lutas de Cortiços e Morádias a partir do programa Minha Casa Minha Vida Entidades. As famílias passaram a morar no local em 2018 e em dezembro de 2023 receberam as matrículas individualizadas entregues pela Secretaria de Patrimônio da União.

A utilização de prédios prontos, que precisam ser apenas reformados e adaptados, ajuda, segundo a ministra, a reduzir os custos para produção de moradia. "A gente sabe que um imóvel da União pode baratear muito o Minha Casa Minha Vida", enfatizou.

O Dandara é ainda, de acordo com Esther Dweck, um exemplo da capacidade dos movimentos sociais de construção.

REANCORAGEM

Mercado eleva a previsão de alta da inflação para 3,76%

Considerando as 53 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis pelo Relatório de Mercado Focus, a mediana de inflação para 2024 passou de 3,74% para 3,76%

A expectativa para a inflação deste ano foi revisada no Relatório de Mercado Focus, divulgado na terça-feira, 9, pelo Banco Central. A projeção de 2024 passou de 3,75% para 3,76%. Um mês antes, a mediana era de 3,77%.

Para 2025, o foco principal da política monetária, a projeção passou de 3,51% para 3,53%. Considerando as 53 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2024 passou de 3,74% para 3,76%. Para 2025, a projeção passou de 3,54% para 3,60%, considerando 53 atualizações no período.

Para 2026, a projeção continuou em 3,50% pela 40ª semana consecutiva - seguindo a reanncoragem apenas parcial destacada pelo BC, após a manutenção da meta de inflação em 3,0% para este e os próximos anos. No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa seguiu em 3,50%, como também está há 40 semanas.

As estimativas do Relatório de Mercado Focus continuam acima do centro da meta para a inflação, de 3,00%.

O IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta (4,75%, para um centro de 3,25% no ano passado), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022.

O Comitê de Política Monetária (Copom) divulgou em março projeção de 3,5% para o IPCA de 2024, igual à das reuniões anteriores, de dezembro e janeiro. Para 2025, também seguiu em 3,2%.

O Relatório de Mercado Focus divulgado pelo BC elevou



Supermercado: o IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta, evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo

pela oitava semana consecutiva a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024. A mediana para a alta da atividade deste ano passou de 1,89% para 1,90%, ante 1,78% de um mês atrás. Considerando apenas as 33 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2024 passou de 1,89% para 2,02%.

Para 2025, o documento trouxe manutenção na estimativa de crescimento do PIB em 2,00%, como já está há 17 semanas. Considerando as 32 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB de 2025 também seguiu em 2,00%.

Em relação a 2026, a mediana continuou em 2,00% pela 35ª

semana consecutiva. O Boleim ainda trouxe a estimativa de crescimento para 2027, que se mantém em 2,00% por 37 semanas.

A expectativa do Ministério da Fazenda para o crescimento do PIB de 2024 é de 2,2%. Já no Banco Central, a projeção atual é de avanço de 1,9% neste ano, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de março.

O mercado manteve em 9,00% ao ano a mediana do Relatório de Mercado Focus para Selic no encerramento de 2024 pela 15ª semana consecutiva, conforme divulgação do Banco Central na terça-feira. Considerando apenas as 45 respostas dos últimos cinco dias úteis, a

mediana para o fim de 2024 também seguiu em 9,00% ao ano.

O Copom cortou a Selic pela sexta vez consecutiva em 0,50 ponto porcentual, para 10,75% ao ano em março. O colegiado mudou a sinalização e indicou que o ritmo de corte de 0,50 ponto porcentual continua sendo o mais apropriado para a próxima reunião - no singular, e não no plural.

No encontro de março, o Copom repetiu que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de

inflação, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.

No Relatório de Mercado Focus, a projeção para a Selic no fim de 2025 continuou em 8,50%, como já está há 18 semanas.

Considerando apenas as 44 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2025 passou de 8,50% ao ano para 8,75%.

Para 2026, a projeção seguiu em 8,50% pela 36ª semana consecutiva. Para 2027, a estimativa também seguiu em 8,50%, onde se mantém por 35 semanas.

O cenário esperado para o câmbio brasileiro ficou estável

no Relatório de Mercado Focus divulgado nesta terça-feira pelo Banco Central. A estimativa para o câmbio no fim de 2024 permaneceu em R\$ 4,95, ante R\$ 4,93 de um mês antes.

Para 2025, a mediana continuou em R\$ 5,00 pela 13ª semana seguida.

A projeção anual de câmbio publicada no Focus é calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano, como era até 2020.

Com isso, o BC espera trazer maior precisão para as projeções cambiais do mercado financeiro.

O Relatório de Mercado Focus divulgado pelo Banco Central manteve a projeção de rombo fiscal de 2024. Para o déficit primário em relação ao PIB deste ano, a mediana seguiu em 0,70%, de 0,79% há um mês.

O relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em março revisou o resultado primário para um déficit de R\$ 9,3 bilhões (0,1% do PIB). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já avisou que o governo "difícilmente chegará à meta zero", até porque o chefe do Executivo "não quer fazer cortes em investimentos e obras".

Já a estimativa do Focus para o déficit nominal em 2024 seguiu em 6,90% do PIB, o mesmo patamar de um mês atrás. O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após o gasto com juros e outras despesas financeiras.

A estimativa para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB em 2024 seguiu em 63,85%, ante 63,34% de um mês atrás.

Para 2025, o déficit primário esperado pelo mercado seguiu em 0,60% do PIB pela 11ª semana seguida. O novo arcabouço fiscal aprovado no ano passado prevê uma meta de superávit primário de 0,5% do PIB no próximo ano, mas o governo estuda mudar a meta para algo entre 0,0% e 0,25% do PIB.

O déficit nominal projetado para 2025 passou de 6,29% para 6,30% do PIB, ante 6,30% de um mês atrás. A estimativa para a dívida líquida no próximo ano seguiu em 66,42% do PIB, ante 66,50% de quatro semanas antes.

DIREITO EMPRESARIAL

por
Cesar Fueta



Pós-graduado em direito empresarial e direito digital, mestrando em análise econômica do direito, advogado de empresa pública e sócio do escritório Valadares e Fueta Advogados

UMA VISÃO ESTRATÉGICA DO CAPITAL SOCIAL NO CONTROLE SOCIETÁRIO

NUMA SOCIEDADE LIMITADA, é nítido o papel do capital social como a estrutura financeira inicial da empresa. Porém, existe um papel extremamente relevante do capital social no que se refere às dinâmicas de poder e de controle dentro da sociedade. Neste artigo, convidamos o leitor a entender o que é o capital social e como seu aumento pode representar uma mudança no controle societário de uma limitada.

O CAPITAL SOCIAL É O VALOR total de bens que os sócios transferem para a sociedade em troca da participação societária. Este montante, expresso monetariamente, é destinado à formação do patrimônio inicial da sociedade, servindo como base do seu funcionamento e desenvolvimento das atividades empresariais.

NA FORMAÇÃO DO CAPITAL social, qualquer bem com apreciação econômica pode ser utilizado. Portanto, estamos falando aqui de bens como imóveis, dinheiro, marca, veículos. Qualquer desses bens pode fazer parte do capital social da sociedade limitada.

OUTRO ASPECTO IMPORTANTE sobre o capital social é sua constituição é realizada por meio da transferência de bens para a sociedade em troca de participação societária (cotas). Trata-se, assim, de um ato de compra e venda. Isso quer dizer que a sociedade passa a ser a dona do bem transferido pelo sócio e deve seguir as formalidades de alienação de um bem. Desse modo, se o bem integralizado é um imóvel, é necessária a alteração na matrícula do imóvel perante o competente registro imobiliário para que a sociedade passe a constar como proprietária. Se a integralização ocorreu em dinheiro,

é necessário transferir os valores para a conta bancária da empresa.

CONSIDERANDO ESSES aspectos do capital social, podemos notar que sua relevância tem reflexos para os credores. Afinal, o capital social representa um parâmetro de proteção aos credores, uma garantia que permite dimensionar o potencial financeiro da sociedade. É um indicador de credibilidade e de estabilidade da empresa perante o mercado.

NO ENTANTO, HÁ UM aspecto do capital social que pode afetar diretamente a relação entre os sócios e que nem sempre é percebida pelos empresários. Falamos aqui da utilização do capital social como ferramenta para aquisição de controle da sociedade. Vamos nos aprofundar um pouco mais sobre essa tomada de controle da empresa, também chamada de take over, estratégia que envolve a compra ou aumento de participação societária a um ponto em que um sócio ou um grupo de sócios obtém o controle majoritário, permitindo-lhes influenciar decisivamente nas decisões empresariais e na direção estratégica da sociedade.

FREQUENTEMENTE, A aquisição do controle societário por aumento de capital social tem início quando a sociedade necessita de um aporte financeiro. Isso pode acontecer em vários momentos da vida empresarial: a injeção de capital pode servir como investimento para expansão dos negócios, mas também pode ser necessária para cobrir prejuízos acumulados. Qualquer que seja o motivo, há várias opções de capitalização para a sociedade, como o mútuo e o empréstimo bancário. O aumento do capital social é apenas

mais uma dentre as opções existentes.

PARA QUE HAJA O AUMENTO do capital social, é necessário obedecer a alguns requisitos e procedimentos. Um deles é a necessidade de prévia deliberação para autorizar este aporte. Por isso, é imprescindível a reunião dos sócios para tratar desse assunto e, se for o caso, concluir pela autorização do aumento de capital social. Outro requisito refere-se ao quórum de aprovação. É necessário que esta deliberação seja aprovada por mais da metade do capital social, caso não haja quórum diferenciado no contrato social. Por fim, o aumento do capital social é realizado por meio de uma alteração do contrato social e que, desse modo, deve ser devidamente registrada no órgão competente.

O CÓDIGO CIVIL PREVÊ, ainda, que no caso de aumento do capital social, os sócios têm preferência para adquirir as novas cotas. No entanto, o sócio não é obrigado a participar do aporte. O sócio que não contribuiu para o aumento do capital social corre o risco de ter sua participação severamente diluída, podendo ver reduzido ou até mesmo perder o poder decisório em deliberações societárias.

LOGO, O AUMENTO DO CAPITAL social implica na diluição da participação daqueles que não aderiram ao aporte. Ao mesmo tempo, ele representa a aquisição de maior participação societária daqueles que efetivamente realizaram um investimento na empresa. É nesse cenário de mudança da participação societária - com a diluição de uns e com o aumento de outros - que surge a oportunidade da tomada de controle da empresa.

EXISTEM ALGUMAS OPÇÕES para os sócios que deliberaram contra o aumento do capital social, mas que não pretendem continuar na empresa com sua participação societária diluída e sem efetivo poder decisório. Uma das opções é a possibilidade de notificar os demais sócios para que não seja realizado aumento de capital social desnecessário, sem qualquer fundamento que justifique este incremento. Com isso, na ausência de qualquer razão que comprove que o aumento do capital social era imprescindível, a assembleia pode ser anulada judicialmente. Outra opção viável para o sócio que não participou do aumento do capital social é exercer o direito de retirada da sociedade, solicitando a apuração de haveres. Nessa opção, a jurisprudência tem entendido que, na omissão do contrato social, a apuração é realizada desconsiderando o aumento do capital, ou seja, levando-se em conta o valor patrimonial da sociedade no momento da retirada.

OS SÓCIOS, PORTANTO, precisam estar muito atentos para as deliberações sobre aumento do capital social. Afinal, não se trata de mera formalidade para a injeção de investimentos na sociedade, mas sim uma alteração contratual que pode gerar a mudança da dinâmica decisória numa sociedade.

O CAPITAL SOCIAL É UM instrumento dinâmico de gestão empresarial e uma peça essencial no jogo de poder dentro das limitadas. Ao considerar o aumento do capital social, todos os envolvidos devem avaliar cuidadosamente as suas implicações, buscando preservar o equilíbrio entre o investimento e o controle na empresa.

MEIO AMBIENTE

Suíça violou direitos de idosas ao não conter mudanças climáticas

O grupo de idosas argumentou que elas foram particularmente afetadas porque as mulheres mais velhas são mais vulneráveis ao calor extremo que está se tornando mais frequente

O mais alto tribunal de direitos humanos da Europa decidiu na terça-feira, 9, que os países devem proteger melhor seus povos das consequências da mudança climática apoiando um grupo de idosas da Suíça, em uma decisão histórica que poderá ter implicações em todo o continente.

O Tribunal Europeu de Direitos (TEDH) Humanos deu razão à associação suíça "Idosas pela Proteção do Clima", mas rejeitou outras duas demandas similares, apresentadas por seis jovens portugueses contra 32 países e por um ex-prefeito francês, que procurava forçar os governos a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

O caso suíço, no entanto, era muito aguardado por estabelecer jurisprudência para os 46 países membros do Conselho Europeu. A associação suíça, formada por 2,5 mil mulheres com média de idade de 73 anos, denunciou ao tribunal com sede em Estrasburgo, nordeste da França, que as "deficiências" da Suíça em termos de proteção climática "prejudicam gravemente o seu estado de saúde".

A corte considerou que a Suíça violou o artigo 8 da Convenção, que aborda o "direito ao respeito à vida privada e familiar", assim como o artigo 6 sobre o "direito a um processo equitativo" o TEDH interpretou que artigo 8 da Convenção consagra o direito a uma proteção eficaz por parte das autoridades



Idosas recebem aval do Tribunal da Suíça, que reconheceu o direito fundamental a um clima saudável e que o país tome medidas ambiciosas para proteger a saúde

des contra os graves efeitos adversos da mudança climática para a vida, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.

O grupo de idosas argumentou que elas foram particularmente afetadas porque as mulheres mais velhas são mais vulneráveis ao calor extremo que está se tornando mais frequente. "O tribunal reconheceu o nosso direito fundamen-

tal a um clima saudável e a que o nosso país faça o que não conseguiu fazer até agora: isto é, tomar medidas ambiciosas para proteger a nossa saúde e proteger o futuro de todos", disse Anne Mahrer, membro do grupo.

A Suíça disse que estudaria a decisão para ver quais medidas seriam necessárias. "Temos que, de boa fé, imple-

mentar e executar a sentença", disse Alain Chablais, que representou o país nas audiências do ano passado, à Associação Press.

A juíza Siofra O'Leary, presidente do tribunal, sublinhou que caberia aos governos decidir como abordar as obrigações relativas às alterações climáticas.

A famosa ativista climática

Greta Thunberg estava no tribunal quando a decisão foi anunciada. "Essas decisões são um apelo à ação. Eles sublinham a importância de levar os nossos governos nacionais a tribunal", disse o sueco de 21 anos à AP.

A jornada foi agredida por outros demandantes, em particular o caso do grupo de jovens portugueses com ida-

des entre 12 e 24 anos. "A vitória delas (das suíças) também é uma vitória para nós e uma vitória para todos o mundo", declarou a portuguesa Sofia Oliveira, de 19 anos, "decepcionada" com o revés em seu caso.

Após os incêndios que devastaram Portugal em 2017 e mataram mais de 100 pessoas, Sofia e outros cinco jovens decidiram levar ao tribunal de Estrasburgo todos os países da União Europeia, além de Noruega, Suíça, Turquia, Reino Unido e Rússia, por sua inação contra a mudança climática.

Mas os magistrados rejeitaram a ação por um vício processual, porque o grupo não esgotou previamente os recursos judiciais em seu país, segundo a decisão lida pela presidente do TEDH, Siofra O'Leary.

No caso do ex-prefeito ecologista de Grande-Synthe, Damien Carême, que denunciou a França no tribunal, ele não foi reconhecido como vítima por residir atualmente na Bélgica como euro-deputado.

Carême, que teme que sua localidade acabe sob as águas do Mar do Norte, já havia apresentado o caso como prefeito em 2019 ao Conselho de Estado francês, que deu razão à prefeitura em julho de 2021, mas rejeitou sua demanda individual.

A decisão foi divulgada no mesmo dia em que observatório europeu do clima Copernicus alertou que o mundo registrou um recorde de calor pelo 10º mês consecutivo em março.

BCE

Bolsas da Europa fecham na maioria em baixa, em um dia de agenda fraca

Os mercados acionários da Europa chegaram a exibir quadro misto em parte do dia, mas tiveram fechamento em grande medida negativo, com perdas de pouco mais de 1% em Frankfurt e Milão. Em uma terça-feira de agenda fraca, havia mais expectativa pelo índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, que sai na quarta-feira, 10, e pela decisão de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), na quinta-feira, 11.

Na Bolsa de Londres, o índice FTSE 100 fechou em baixa de 0,11%, em 7.934,79 pontos. Entre ações de peso, no setor bancário Barclays recuou 2,22%. Já BP avançou 1,31%, após a empresa estimar que sua produção de petróleo e gás cresceu no primeiro trimestre, favorecendo os lucros. As cotações são preliminares.

Mineradoras também se saíram bem, apoiadas pelos ganhos recentes do cobre e também do ouro, com Glencore em alta de 1,33% e BHP, de 0,85%.

Na Bolsa de Frankfurt, o índice DAX caiu 1,32%, a 18.077,69 pontos. Em Paris, o CAC 40 recuou 0,86%, a 8.049,17 pontos. Na Bolsa de Milão, o FTSE MIB cedeu 1,08%, a 33.946,29 pontos. Em Madri, o índice Ibex 35 fechou em baixa de 0,88%,



Na Bolsa de Londres, o índice FTSE 100 fechou em baixa de 0,11%, em 7.934,79 pontos. Entre as ações de peso, no setor bancário Barclays recuou 2,22%

em 10.816,00 pontos. Já em Lisboa, o PSI 20 foi na contra-mão da maioria e subiu 0,17%, a 6.275,83 pontos.

A piora nos mercados acionários ocorreu mais para o fim do pregão europeu, também em meio a uma perda de força vista nas bolsas de Nova York.

Há expectativa dos dois lados do Atlântico pelo CPI dos EUA de março, que sai na quarta-feira e pode trazer nova sinalização sobre a trajetória dos juros no país.

Na zona do euro, o mercado avalia que o BCE manterá os juros na quinta-feira, mas sina-

lize que um corte está mais perto de se concretizar. O Rabobank e a Capital Economics, por exemplo, comentavam que o BCE iria abrir caminho para uma redução dos juros em junho.

As bolsas da Ásia e do Pacífico fecharam majoritariamente em alta na terça-feira, com investidores à espera de novos dados da inflação dos Estados Unidos para avaliar a trajetória dos juros básicos norte-americanos.

Liderando os ganhos na região asiática, o índice Taiex avançou 1,85% em Taiwan, a 20.796,20 pontos, à medida que a ação da Taiwan Semiconduc-

tadores à espera de novos dados da inflação dos Estados Unidos para avaliar a trajetória dos juros básicos norte-americanos.

tor Manufacturing (TSMC) saltou 4,6%, a preço recorde, após o maior fabricante de chips do mundo garantir subsídios de até US\$ 6,6 bilhões do governo dos EUA para um complexo fabril que está em construção em Phoenix, no Arizona.

Em outras partes da Ásia, o japonês Nikkei subiu 1,08% em Tóquio, a 39.773,13 pontos, e o Hang Seng teve ganho de 0,57% em Hong Kong, a 16.828,07 pontos.

Na China continental, o Xangai Composto mostrou alta marginal de 0,05%, a 3.048,54 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 0,82%, a 1.750,80 pontos.

A exceção foi o sul-coreano Kospi, que caiu 0,46% em Seul, 2.705,16 pontos, pressionado por ações de eletrônicos e biotecnologia.

Investidores da Ásia e de outras partes do mundo estão em compasso de espera antes de números mensais da inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA, a ser divulgados na quarta-feira, 10. O CPI tende a influenciar apostas de quando o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) pode começar a reduzir seus juros básicos. No momento, as expectativas para o primeiro corte de juros nos EUA estão divididas entre junho e julho.

Também na quarta-feira, está prevista atualização da inflação mensal na China, tanto ao consumidor (CPI) quanto ao produtor (PPI, na sigla em inglês).

Na Oceania, a bolsa australiana ficou no azul nesta terça, aproximando-se de seu fechamento recorde. O S&P/ASX 200 avançou 0,45% em Sydney, a 7.824,20 pontos.

PREVENÇÃO

Hepatites virais matam 3,5 mil por dia no mundo

As mortes por hepatites virais registradas em 187 países passaram de 1,1 milhão em 2019 para 1,3 milhão em 2022. Desse total, 83% foram causadas pela hepatite B

As mortes por hepatites virais estão aumentando em todo o mundo e a doença já responde como a segunda principal causa infecciosa de morte no planeta, contabilizando 3,5 mil óbitos por dia e 1,3 milhão por ano – mesmo total de mortes causadas pela tuberculose, que ocupa o primeiro lugar no ranking. O alerta foi feito na terça-feira (9) pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Estudo divulgado pela entidade destaca que, apesar de melhores ferramentas para diagnóstico e tratamento disponíveis, além da queda no preço desses produtos, a testagem e a quantidade de pacientes em tratamento estagnaram. “Mesmo assim, atingir a meta de eliminação das hepatites virais até 2030, proposta pela OMS, ainda é algo possível, desde que medidas rápidas sejam tomadas agora”.

Os dados mostram que as mortes por hepatites virais registradas em 187 países passaram de 1,1 milhão em 2019 para 1,3 milhão em 2022. Desse total, 83% foram causadas pela hepatite B e 17%, pela hepatite C. Para o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, os óbitos aumentaram porque pouquíssimas pessoas com a doença têm acesso ao diagnóstico e tratamento adequado.

A estimativa da entidade é que 254 milhões de pessoas viviam com hepatite B e 50 milhões com hepatite C em 2022 – mais da metade das infecções foram registradas entre adultos com idade de 30 a 54 anos e 12%, entre crianças e adolescentes menores de 18 anos. Homens respondem por 58% de todas as infecções.

Apesar de uma leve queda no número de casos entre 2019

e 2022, a incidência da doença no mundo, segundo a OMS, permanece alta. Em 2022, foram contabilizadas 2,2 milhões de novas infecções, contra 2,5 milhões em 2019. “Mais de 6 mil pessoas estão sendo infectadas por hepatites virais todos os dias”, destacou o estudo.

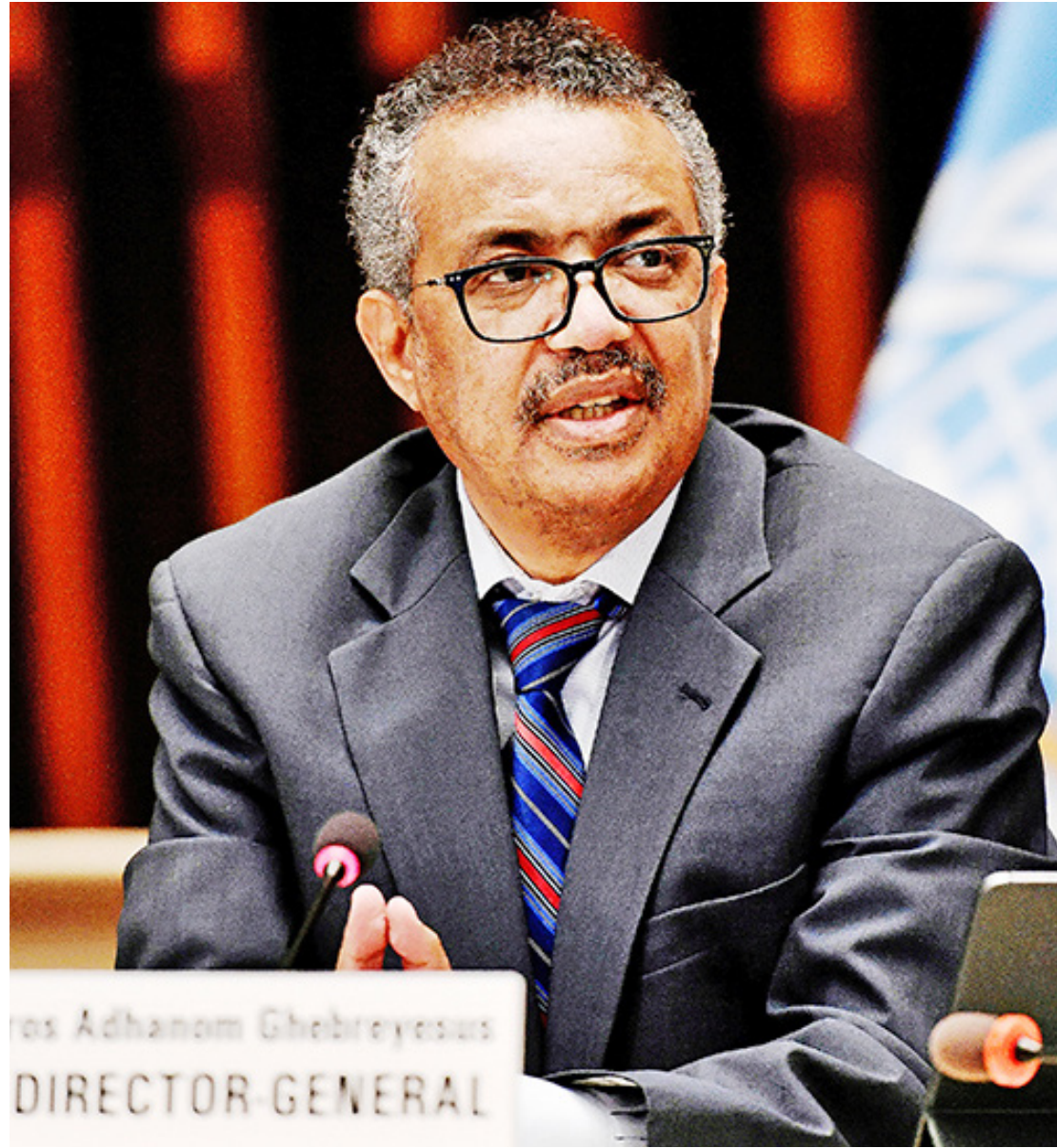
Os números mostram que, em todas as regiões do mundo, até o fim de 2022, cerca de 13% das pessoas que viviam com infecção crônica por hepatite B haviam sido diagnosticadas, enquanto 3% recebiam terapia antirretroviral indicada para tratar a doença. No caso da hepatite B, 36% foram diagnosticadas e 20% recebiam tratamento contra a infecção.

“Ambos os resultados estão bem abaixo da meta global de tratar 80% das pessoas vivendo com hepatite B crônica e com hepatite C até 2030. Entretanto, eles indicam uma leve, mas consistente melhoria no diagnóstico e na cobertura de tratamento da doença desde o último balanço, em 2019”, destacou a OMS.

Os diagnósticos de hepatite B aumentaram de 10% para 13% no período, enquanto o acesso ao tratamento passou de 2% para 3%. Entre as infecções por hepatite C, o diagnóstico aumentou de 21% para 36% e o acesso ao tratamento, de 13% para 20%.

O estudo ressalta que os dados variam drasticamente de região para região. O Continente Africano responde por 63% das novas infecções por hepatite B. Ainda assim, só 18% dos recém-nascidos na região foram imunizados contra a doença após o parto. Já a região do Pacífico Ocidental responde por 47% das mortes por hepatite B, e apenas 23% das pessoas diagnosticadas têm acesso ao tratamento.

Bangladesh, China, Etiópia,



Ghebreyesus: “os óbitos aumentaram porque pouquíssimas pessoas com a doença têm acesso ao diagnóstico e tratamento”

Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Rússia e Vietnã, juntos, respondem por quase dois terços do fardo global das hepatites B e C. “Alcançar o acesso universal à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento nestes dez países até 2025, juntamente com esforços intensificados na região africana, é essencial para colocar a resposta global de volta no caminho certo e cumprir os Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável”.

Dentre as recomendações publicadas pela OMS, com o objetivo de acelerar o combate às hepatites virais, estão ampliar o acesso à testagem e ao diagnóstico; ofertar tratamento equitativo; ampliar os esforços de prevenção na atenção primária; e mobilizar financiamentos inovadores.

“O financiamento para

as hepatites virais, tanto em nível global como no âmbito dos orçamentos de saúde de cada país, não é suficiente para satisfazer as necessidades. Isso resulta de uma combinação de fatores, incluindo a consciência limitada de intervenções e ferramentas que podem salvar vidas, bem como prioridades concorrentes nas agendas globais de saúde”, concluiu a entidade.

IRLANDA



Harris sucede Varadkar, que renunciou

Simon Harris é eleito premiê aos 37 anos

O legislador centrista Simon Harris foi eleito primeiro-ministro pelo Parlamento irlandês na terça-feira, 9, tornando-se, aos 37 anos, o líder mais jovem a ocupar o cargo. Harris assume para substituir Leo Varadkar, que anunciou a renúncia ao cargo no mês passado.

Os legisladores do Dáil, a câmara baixa do parlamento irlandês, confirmaram Harris como primeiro-ministro, por 88 votos a 69 contra. “Quero trazer novas ideias, nova energia e nova empatia à vida pública”, disse após sua eleição o novo primeiro-ministro, do partido de centro Fine Gael, ao qual Varadkar também pertence.

Harris sucede Varadkar, que renunciou devido a razões “pessoais e políticas”, no governo de coalizão centrista. A renúncia foi anunciada depois da derrota no referendo proposto pelo governo para modificar as referências à mulher e à família na Constituição.

O jovem líder do Fine Gael chega ao posto do chefe de governo a menos de um ano das eleições legislativas irlandesas, que devem acontecer antes de 22 de março de 2025. Harris, neste ano que resta antes das eleições, tentará ganhar votos para seu partido, que se encontra em terceiro lugar nas pesquisas.

“Agora é um bom momento para construir um novo contrato social, criando igualdade de oportunidades, apoiando quem mais precisa do Estado, protegendo nosso sucesso econômico e utilizando seus lucros para oferecer resultados tangíveis à sociedade”, disse Harris em seu discurso após ser eleito.

Simon Harris, que era ministro do Ensino Superior no antigo gabinete, se torna o mais jovem “taoiseach” (palavra no idioma gaélico para denominar um chefe ou líder) da história da Irlanda. Harris foi eleito pela primeira vez para o parlamento aos 24 anos e foi apelidado de “TikTok taoiseach” por causa de seu gosto por se comunicar nas redes sociais.

Seu sucessor Varadkar também foi o primeiro-ministro mais jovem de todos os tempos quando eleito pela primeira vez, aos 38 anos, bem como o primeiro primeiro-ministro abertamente gay da Irlanda. Varadkar, cuja mãe é irlandesa e o pai indiano, também foi o primeiro taoiseach birracial da Irlanda.

Como líder da Irlanda, Harris enfrenta desafios que incluem um serviço de saúde sobrecarregado, custos crescentes de habitação e um êxodo de legisladores do Fine Gael, mais de 10 dos quais afirmaram que não concorrerão à reeleição.

O novo primeiro-ministro alertou que a unificação da Irlanda, tema recorrente após a vitória do Sinn Féin na Irlanda do Norte, não será sua “prioridade”, embora, segundo suas palavras, seja uma “aspiração política legítima”.

INVASÃO

Jorge Glas é hospitalizado no Equador após ser preso

O ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, pivô de uma crise diplomática entre México e Equador, foi hospitalizado na segunda-feira, 8, de acordo com o serviço penitenciário do Equador. Glas foi capturado pela polícia na sexta-feira, 5, durante uma invasão policial na embaixada mexicana em Quito.

O Serviço Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade (Snai) informou que o ex-vice-presidente teve um problema de saúde por não se alimentar. Glas, de 54 anos, “sofreu uma possível descompensação por se recusar a consumir os alimentos oferecidos” na prisão, informou em comunicado o serviço penitenciário.

A versão apresentada, porém, contradiz o relato de pessoas próximas ao ex-presidente, que informaram que ele foi encontrado em “coma autoinduzido profundo” na prisão. Glas ingeriu antidepressivos e sedativos, segundo um boletim de ocorrência repercutido pelo The New York Times.

O ex-presidente se encontra “estável e permanecerá em observação” por várias horas no Hospital Naval do porto de

Guayaquil, de acordo com o Snai, que informou que os protocolos de saúde foram acionados na prisão de segurança máxima La Roca quando Glas não compareceu à chamada para a contagem de detentos e foi determinado que ele havia sofrido uma “descompensação”.

Vinicio Tapia, um dos advogados de Glas, disse que foi impedido de falar com seu cliente. “Não temos notícias de seu estado há mais de 60 horas, desde o momento em que foi sequestrado na embaixada mexicana” na sexta-feira, afirmou.

A hospitalização de Glas ocorre enquanto as tensões entre o Equador e o México aumentam, com o avanço da preparação da demanda que será apresentada contra Quito perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ).

O ex-vice-presidente enfrenta uma acusação de peculato no Equador e procurou refúgio na embaixada mexicana na tentativa de evitar a prisão, provocando uma briga diplomática após a polícia de Quito entrar na embaixada mexicana e capturá-lo.



Glas sofreu uma possível descompensação por se recusar a consumir alimentos

Um tratado diplomático de 1961 diz que os governos não podem entrar em embaixadas estrangeiras sem permissão do país anfitrião da embaixada.

A invasão da embaixada, sem precedentes recentes no mundo, foi condenada por cerca de trinta países, incluindo os Estados Unidos e países europeus, além de sete organismos mundiais e regionais, como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os líderes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) debaterão uma proposta de “condenação firme” e possíveis sanções contra o Equador em uma reunião de cúpula virtual na sexta-feira, 12, anunciou a presidente de Honduras, Xiomara Castro, que preside o bloco.

O Equador considera o asilo a Glas “ilegal” e contrário às normas internacionais, pois ele está sendo processado por um crime

comum.

O presidente equatoriano, Daniel Noboa, se pronunciou pela primeira vez sobre o assunto na segunda-feira e defendeu sua decisão de intervir na embaixada mexicana argumentando que não podia correr o “risco de uma fuga iminente” de Glas.

“Ao povo irmão do México, quero expressar que sempre estarei disposto a resolver qualquer diferença, mas que a justiça não se negocia, e que nunca protegeremos criminosos”, expressou em comunicado.

Em sua coletiva de imprensa habitual, Andrés Manuel López Obrador, presidente do México, por sua vez, considerou que a operação para prender Glas foi uma medida “autoritária” resultado de uma combinação de inexperiência, má assessoria e busca por apoio popular de seu homólogo equatoriano.

“Quando há governos fracos, que não têm respaldo popular ou capacidade [...] fabricam candidatos [...] e quem não tem experiência chega” ao poder, disse o presidente mexicano em Mazatlán.

Após a ruptura dos laços diplomáticos ordenada por López Obrador, os colaboradores da embaixada mexicana retornaram ao seu país no domingo. O México fechou indefinidamente seus escritórios diplomáticos no Equador, enquanto Quito retirou seus funcionários da embaixada na Cidade do México, mas mantém abertos seus dois consulados.

MÁ-FÉ

Moraes: X no Brasil tenta se eximir de responsabilidades

Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na terça-feira, 9, o pedido do X no Brasil para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais.

Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça. Eles alegaram que se limitam a encaminhar os ofícios das autoridades às sedes nos Estados Unidos e na Irlanda, que segundo o documento teriam a palavra final sobre as determinações judiciais.

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes afirma que o escritório é um "elo indispensável" para a operação da plataforma no Brasil, mas busca se "eximir de qualquer responsabilidade" sobre as ordens do STF. Ele ainda afirmou ainda que o pedido "revela certo cinismo" e "beira a litigância de má-fé".

"A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional", escreveu o ministro. "O fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil."

O ministro também deixa claro que os representantes do X no Brasil poderão ser punidos nas esferas civil e penal se descumprirem ordens judiciais. A responsabilidade, segundo a decisão, é "inequívoca".

"Não havendo dúvidas da plena e integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da X Brasil Internet LTDA., bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal, perante a Justiça brasileira, indefiro o pedido", conclui Moraes.

Os advogados que representam a rede social X no Brasil disseram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o escritório não participa da administração da plataforma e que o cumprimento de decisões judiciais fica a cargo das sedes nos Estados Unidos e na Irlanda.

A manifestação foi enviada depois que o empresário Elon Musk, dono do X, ameaçou reativar perfis bloqueados por ordem do STF. Como resposta, o ministro Alexandre de Moraes incluiu o bilionário como investigado no inquérito das milícias digitais. Na decisão, Moraes escreveu que as redes sociais não são "terra sem lei".

O X no Brasil afirmou ao Supremo que, ao receber notificações judiciais, se limita a comunicar às operadoras da plataforma que, segundo o documento suscitado por advogados do escritório Pinheiro Neto, são as únicas responsáveis por analisar e decidir sobre os ofícios.

"O poder decisório e a responsabilidade pelo cumprimento de ordens judiciais, quer preexistentes, quer futuras, recaem exclusivamente sobre as Operadoras do X, não englobando o X Brasil. O objeto de atividade da X Brasil é completamente distinto das Operadoras X", diz o documento.

O escritório no Brasil alega que trabalha apenas com a



Gustavo Moreno - SCO - STF

Alexandre de Moraes: "a empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional"

EVENTO

Bolsonaristas viajam a Bruxelas para denunciar 'tirania' de Lula

Um grupo de deputados bolsonaristas participa na terça-feira, 9, do evento intitulado "Brasil: a repressão de Lula ao Estado de Direito", realizado em Bruxelas, na Bélgica. A reunião foi impulsionada pelas críticas do dono do X (antigo Twitter), Elon Musk, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, com denúncias de "censura" e "perseguição política" sofrida pela direita no País.

Segundo Herman Tertsch, membro do Parlamento Europeu e presidente do grupo conservador ECR (conservadores e reformistas europeus), que promove o evento, o objetivo é discutir a "tendência à repressão total" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro do STF. De acordo com Tertsch, o espaço servirá para "denunciar" a realidade "autoritária" do Brasil.

Já confirmaram presença os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF), Júlia Zanatta (PL-SC), Gustavo Gayer (PL-GO), Coronel Ulysses (União-AC) e Marcel Van Hattem (Novo-RS).

Em vídeo publicado por Kicis no X, Gayer diz que no Brasil há "violações aos direitos humanos e perseguição política" e que, se necessário, os congressistas levarão a mensagem "para o mundo inteiro". Criticando a imprensa nacional, Eduardo Bolsonaro diz que a missão da comitiva "é levar a verdade" não só para Bruxelas, mas também para Haia, na Holanda, onde fica a sede do Tribunal Penal Internacional.

"comercialização, monetização e promoção da rede de informação Twitter, além da veiculação de materiais de publicidade na internet e de outros serviços e negócios relacionados".

Os representantes legais do X no Brasil se anteciparam nos esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal em uma tentativa de se dissociar dos ataques de Elon Musk. A leitura é a de que as informações sobre a organização interna podem ajudar o escritório brasileiro.

"Essas ações estão enraizadas em uma longa tradição de respeito com as instâncias judiciais e autoridades nacionais. Como não poderia deixar de ser, a postura colaborativa do X Brasil é corroborada pela atuação efetiva e diligente da empresa no contexto deste e de diversos outros inquéritos em trâmite perante esse egrégio Supremo Tribunal Federal."

Os representantes legais do X no Brasil se anteciparam e enviaram esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal

A deputada federal afirmou que a viagem é "a convite" de parlamentares europeus para que os congressistas bolsonaristas possam compartilhar as "experiências sobre o momento político no Brasil". Bia Kicis ainda acusa o governo Lula de "tirania".

De acordo com o presidente do grupo de conservadores e reformistas, o evento será voltado para a "defesa da democracia e da liberdade de expressão no Brasil, que estão seriamente ameaçadas". Segundo ele, Moraes faz "ataques" que são apoiados por líderes europeus, como o presidente da França, Emmanuel Macron, que não "denunciam a deriva antidemocrática".

Esta é a segunda vez que a oposição viaja para fora do País para denunciar Moraes e a atuação do STF. Em março, parlamentares estiveram em Washington, nos Estados Unidos, para falar sobre os supostos "abusos do poder Judiciário brasileiro contra a oposição", como declarou a deputada estadual Débora Menezes (PL-AM), que participou da viagem.

A crise entre Musk e Moraes ocorreu após o empresário utilizar o X para tecer críticas ao ministro por decisões para a suspensão de alguns perfis na rede. Depois de afirmar que o magistrado deveria "renunciar ou sofrer um impeachment" e ser incluído no inquérito das milícias digitais como investigado, o bilionário se referiu a Moraes como "ditador do Brasil" e afirmou que o juiz do Supremo possui "Lula na coleira".

em uma tentativa de se dissociar dos ataques do empresário Elon Musk, dono da plataforma, que ameaçou reativar perfis bloqueados por ordem do STF. A leitura foi a de que as informações sobre a organização interna poderiam ajudar o escritório brasileiro, mas o efeito foi o contrário.

A Polícia Federal abriu uma investigação sobre as declarações de Elon Musk e vai apurar se o bilionário cometeu crime. Representantes da empresa no Brasil podem ser chamados a prestar depoimento.

PCC

Prefeitura de SP decreta intervenção em empresas

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwólf e UPBus em meio às suspeitas de que as companhias estariam sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas. A decisão cumpre determinação da Justiça, que pediu a intervenção direta na Transwólf e, no caso da UPBus, deu a opção de intervir na companhia ou entregar as suas linhas a outra operadora do sistema.

Na terça-feira, a Operação Fim da Linha buscou cumprir 52 mandados de busca, sendo 4 de prisão em São Paulo, e mobilizou 340 policiais, promotores, Receita Federal e o Cade.

As duas empresas passam a ser geridas por funcionários da SPTrans e por comitês formados por servidores da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria da Fazenda. Quem assume a Transwólf é o diretor de Planejamento de Transporte da SPTrans, Valdeimar Gomes de Melo. O interventor da UPBus será o diretor de Operações da empresa municipal, Wagner Chagas Alves.

O decreto aponta que os comitês devem se pautar "estritamente de acordo com as determinações e estipulações contratuais, ficando, inclusive, responsáveis para requisitar os meios necessários para promoção de auditoria na empresa ora interdita". Nunes diz que o serviço não será paralisado. "Não haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas."

As duas empresas juntas transportam em média 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo. São 15 milhões

pela Transwólf e 1,68 milhão pela UPBus. No ano passado, a Prefeitura repassou R\$ 748 milhões em recursos do sistema de transporte para a Transwólf, que tem 1.111 ônibus na zona sul, e R\$ 81,8 milhões para a UPBus, com seus 138 ônibus na zona leste.

As 1ª e 2ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital determinaram o afastamento de 15 acionistas da UPBus e seis da direção da Transwólf e da cooperativa Cooperpam. Eles são suspeitos de manterem ligações com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Entre os atingidos pela medida estão os presidentes das duas empresas: Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora (Transwólf), e Ubiratan Antonio da Cunha (UPBus).

No caso da UPBus, ainda são alvo três parentes do traficante Anselmo Bachelli Santa Fausta, o Magrelo ou Cara Preta, assim como o ladrão de banco Alexandre Salles Brito, o Buiú, e o advogado Ahmed Hassan Saleh, o Mude, acusado de participar do esquema de lavagem de dinheiro da facção. Para a Justiça, os indícios obtidos pela investigação tornam o afastamento dos diretores da empresa indispensável para cessar a atividade criminosa.

A manutenção dos acusados na empresa prejudicaria a coleta de provas e o processo, além de ser necessário encerrar a mistura entre o dinheiro lícito recebido da Prefeitura e o ilícito colocado na companhia pelo PCC. Há ainda casos de acionistas que foram proibidos de pisar na empresa, caso de Décio Gouveia, o Décio Português, que é tido pelo Ministério Público como homem de confiança de Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola. Décio foi solto no fim de 2023 por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

ELEIÇÕES

Valéria Bolsonaro assume Secretaria da Mulher em SP

A deputada estadual Valéria Bolsonaro (PL-SP) foi nomeada pelo governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para comandar a Secretaria de Políticas para a Mulher. A indicação foi publicada no Diário Oficial do Estado na terça-feira, 9. A escolha de Tarcísio pela deputada bolsonarista é vista como um gesto de manter a proximidade com o padrinho político, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e também o alinhamento com a direita e o PL.

A nomeação ocorre após Sonaira Fernandes deixar a pasta. Recém filiada ao PL, a vereadora evangélica foi exonerada da chefia da secretaria nesta sexta-feira, 5, para a disputa eleitoral de outubro. Ele pode tentar novamente uma cadeira na Câmara Municipal ou ainda ser vice na chapa do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), com apoio de Tarcísio.

No X (antigo Twitter), Valéria disse que aceitou o convite do governador para continuar o legado de Sonaira. "Agradeço a confiança, reiterando todo empenho e amor para atuar por políticas públicas às mulheres do nosso Estado", publicou, nesta terça.

Valéria é casada com um primo de segundo grau do ex-presidente, Luis Oscar Bolsonaro. Em 2022, após o Jair Bolsonaro perder as eleições, ela se posicionou sobre um documento do PL que pedia a anulação de votos e afirmava que Bolsonaro havia obtido 51% dos votos no segundo turno. A deputada afirmou, na época, não ter "medo de novas eleições", mas sim de "falta de transparência e de lisura".

A nomeação é considerada

um aceno de Tarcísio ao padrinho político. O governador já disse que o candidato que Bolsonaro escolher para apoiar, ou em suas palavras, que for "ungido" pelo ex-presidente, vai ser competitivo na eleição de 2026. Ele é um dos possíveis candidatos a herdar o capital político de Bolsonaro e se lançar para a corrida ao Executivo federal. O ex-presidente está inelegível até 2030, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na Alesp, Valéria presidiu a Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres. No último dia 18, um evento proposto por ela na Casa prestou homenagem às "mulheres patriotas", que transformam o Brasil e as causas femininas, que "não têm partido e ideologia", segundo a nova secretária.

Em seu segundo mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Valéria Bolsonaro apresentou ou foi coautora de projetos de lei sobre pautas caras à direita, como o que proíbe o que chama de "ideologia de gênero" nas escolas públicas e privadas de São Paulo. Tramitando desde 2019, a proposta está pronta para ser votada em plenário desde dezembro do ano passado.

Outro projeto que encampou com outros 15 deputados bolsonaristas foi para a proibição da exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a covid-19 no Estado. O texto foi aprovado em dezembro de 2022, no último dia antes do recesso da Casa, e sancionado por Tarcísio em 15 de fevereiro do ano passado, com artigos vetados, como trecho que definiu a competência exclusiva das famílias na decisão de vacinar seus filhos menores de idade.

SUSTENTABILIDADE

Amazônia receberá R\$ 730 milhões para o combate ao desmatamento

Lula disse que os investimentos ajudarão o país a atingir a meta de desmatamento zero até 2030, ao mesmo tempo que apoiará os municípios com ações para prevenção e redução da degradação

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 730 milhões a serem investidos na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate ao desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários na Amazônia.

Os recursos terão como origem o Fundo Amazônia (R\$ 600 milhões) e o programa Floresta+ (R\$ 130 milhões), em ação do Ministério do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais.

Durante a cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto, Lula disse que os investimentos ajudarão o país a atingir a meta de desmatamento zero até 2030, ao mesmo tempo que apoiará os municípios com ações para prevenção, monitoramento, controle e redução da degradação.

“Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal, uma forma de melhorar não apenas a qualidade da prefeitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade”, disse o presidente.

Segundo o Planalto, os municípios já em condições de participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Dos 70 municípios prioritários, 53 já aderiram ao programa. Eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

Para aderir ao programa, é necessário que o termo seja assinado pelo prefeito do município e ratificado por pelo menos um vereador – de preferência, o presidente da Câmara municipal. “Em até 90 dias, ao menos um deputado estadual e um deputado federal ou senador do Estado devem declarar por escrito apoio à adesão do município”, informa o Planalto.

A lógica adotada para a destinação dos recursos às prefeituras é a de pagamento por performance. Assim sendo, quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido.

“O parâmetro será o sistema de monitoramento Prodes, do Inpe. O Prodes calcula a taxa anual de desmatamento, medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Para 2024, será considerado o índice calculado entre agosto de 2022 e julho de 2023”, detalhou a Presidência da República.

Entre os compromissos a serem assumidos pelas prefeituras está a existência de secretaria municipal responsável por políticas de meio ambiente ou sustentabilidade e a realização de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias, com participação de representantes da sociedade.

Está prevista também a criação de uma Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios, que determinará novos períodos de adesão ao programa. “A comi-



Lula, acompanhado da ministra Marina Silva e dos ministros, Rui Costa e Alexandre Padilha, durante lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamentos e Incêndios

MEIO AMBIENTE

Lula dá indireta a Musk e cobra que dinheiro seja usado na preservação

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cobrou que os países desenvolvidos deem suporte ao financiamento para a preservação de florestas. Sem citar nominalmente o empresário Elon Musk, dono do X, antigo Twitter, Lula disse que o bilionário terá que usar o dinheiro para “ajudar a preservar” o meio ambiente.

“Hoje nós temos gente que não acredita que o desmatamento e as queimadas prejudicam o planeta Terra”, disse, em evento de lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia. “Tem até bilionário tentando fazer foguete, tentando fazer viagem para ver se encontra espaço lá fora, não tem. Ele vai ter que aprender a viver aqui, ele vai ter que usar muito do dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui.” A cerimônia ocorreu na terça-feira, 9, no Palácio do Planalto.

O chefe do Executivo brasileiro aproveitou a presença de um representante do Conselho Europeu no evento para dizer que os países desenvolvidos “têm que compreender que ele tem que pagar para que os países que têm floresta em pé levem a sério essa questão”. Segundo o petista, “o mundo rico tem que pagar pelo que fizeram no

passado, é uma dívida com o planeta Terra”. “Eles têm que pagar, ajudar a financiar, para que a gente possa dar aos prefeitos, às pessoas que moram na cidade, a certeza de que vai valer a pena ele preservar, ter uma agricultura sustentável”, defendeu.

No discurso, Lula pediu que as áreas tenham conhecimento sobre suas responsabilidades. Nesse sentido, ele comentou que, muitas vezes, o governo federal, os governos estaduais e os municípios “jogam a responsabilidade” um para o outro. “Quando tá ruim, ninguém é pai da criança, aí todo mundo foge do assunto; nós não queremos fugir do assunto. Temos um compromisso assumido por conta e risco nosso que até 2030 vamos anunciar ao mundo desmatamento zero nesse País”, disse.

Segundo Lula, manter florestas em pé, muitas vezes, têm um maior ganho econômico que manter rebanho de gado. “Tentar fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta em pé é um ganho econômico às vezes muito mais do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar o gado, mas o gado pode ser criado em um lugar que não se precisa derrubar floresta”, comentou.

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia prevê R\$ 730 milhões em investimentos para promover o desenvolvimento sustentável e combater o desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios prioritários na Amazônia.

Os recursos serão destinados a ações nos municípios a partir da lógica do “pagamento por performance”: quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido.

Segundo o governo federal, apenas por aderirem à iniciativa, todos os municípios receberão R\$ 500 mil em equipamentos e serviços para a estruturação de escritórios de governança que melhore a gestão ambiental, a cooperação entre governos municipais e federal e o monitoramento do desmatamento.

De acordo com o Palácio do Planalto, os municípios aptos a participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Até o momento, 53 municípios aptos já aderiram ao programa – eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

são será responsável por monitorar a implementação do programa, decidir medidas de aprimoramento, propor novos critérios de elegibilidade e decidir sobre a repartição de recursos e novos aportes”, informa o Planalto.

Presente no lançamento do programa, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o sucesso da iniciativa na proteção da Amazônia depende do diálogo e do

apoio dos municípios.

Dirigindo-se a Lula, Padilha lembrou que em todos seus governos o presidente sempre buscou ter boas relações com prefeitos, independentemente dos partidos aos quais eles são filiados. “O senhor pediu para recriarmos, aqui no Palácio do Planalto, a sala de prefeitos e prefeitas, e que temos de estar abertos para construir parcerias sem perguntar a que partido eles fazem parte”, disse o ministro.

“Nós sabemos o quanto é importante retomar o diálogo, inclusive para proteger a Amazônia. Infelizmente, no último período do nosso país, a Amazônia, que deveria e deve ser sempre motivo de União, foi motivo de desunião; de conflito; de disputa; de polarização. Só perdeu o Brasil. Só perdeu a Amazônia. Mas acredito que desde o começo da retomada do governo do presidente Lula, instalamos esse

debate que acrescentou, ao Conselho, a letra S de sustentabilidade”, disse Padilha referindo-se ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) – espaço destinado a debater agendas e temas de interesse dos mais diversos segmentos da sociedade.

Segundo Lula, é também necessário ao país viabilizar e potencializar os ganhos daqueles que lucram por

meio da preservação da floresta. “Muita gente vê floresta e rios de forma separada. Temos de ver que ali moram pessoas que precisam de saúde, educação e de condições de trabalhar”, disse o presidente.

“Precisamos fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta de pé é um ganho econômico, às vezes, muito maior do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar gado. Mas o gado pode ser criado em um lugar onde não se precisa derrubar floresta”, acrescentou o presidente.

O Planalto informa que as metas previstas para o programa até 2026 incluem a implementação de escritórios de governança, no primeiro ano do programa, nos 53 municípios prioritários que já declararam adesão.

Prevê, ainda, ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas. Além disso, vai criar ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os mais de R\$ 700 milhões previstos em recursos são apenas o começo. “Tem um eixo que é a menina dos nossos olhos. É o eixo do Apoio às atividades produtivas sustentáveis. Sabemos que não se vai conter desmatamento em nenhum bioma se for apenas com ação de comando e controle. Só vamos conter quando manter a floresta em pé for mais rentável mais vantajoso do que derrubá-la”, disse.

Nesse sentido, acrescentou que a ideia é a de estimular o uso da floresta por meio de manejo sustentável. “Só assim de forma sustentável garantiremos que aquele que é um produtor ou um industrial da madeira garanta ter no futuro trabalho para filhos, netos e bisnetos”, complementou.



SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.
CNPJ 28.672.087/0001-62 - NIRE: 33220748171-4

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 - Em milhares de reais

Relatório da Administração: Senhores Quotistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Balço Patrimonial	Canalização		Consolidado		Balço Patrimonial	Canalização		Consolidado		Demonstração do Resultado do Exercício				
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Controladora		Consolidado		
Ativo Circulante					Passivo Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	85.724	52.380	85.736	52.426	Fornecedores e outras contas a pagar	199.107	199.395	205.192	207.873	Receita líquida das vendas	814.902	922.701	814.902	922.701
Instrumentos financeiros derivativos	34	392	34	392	Instrumentos financeiros derivativos	278	215	278	215	Varição do valor justo dos ativos biológicos	-	-	23.192	7.370
Contas a receber	187.565	228.386	187.600	228.386	Financiamentos	114.306	81.201	114.306	81.201	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(701.487)	(800.616)	(711.024)	(800.011)
Estoques	223.322	186.832	233.114	200.516	Arrendamentos	5.270	7.360	7.230	9.328	Lucro bruto	113.415	122.085	127.070	130.060
Imposto de renda e contribuição social	661	-	493	-	Salários, bônus e encargos sociais	24.862	23.990	25.799	24.914	Despesas operacionais				
Tributos a Recuperar	18.197	28.812	18.209	29.437	Imposto de Renda e Contribuição Social	-	473	-	666	Com vendas	(83.836)	(75.831)	(83.836)	(75.831)
Outros Ativos	5.306	4.276	6.173	5.008	Tributos a Recolher	16.501	19.228	16.733	19.368	Gerais e administrativas	(44.726)	(48.920)	(44.726)	(48.920)
Total do circulante	520.809	501.078	531.359	516.165	Partes Relacionadas - mútuo a pagar	43.342	2.496	68.957	11.161	Outras receitas líquidas	(5.622)	24.535	(6.279)	22.875
Não Circulante					Outros Passivos	17.299	22.336	17.359	22.305	Resultado de participações societárias	8.567	3.779	-	-
Ativo Biológico	-	-	79.934	52.057	Total do circulante	420.965	356.694	455.854	377.031	Lucro operacional antes do resultado financeiro	(12.202)	25.648	(7.771)	28.184
Tributos a Recuperar	59.749	46.492	59.967	46.734	Total do passivo	455.006	370.088	494.962	397.295	Resultado financeiro				
Impostos diferidos	47.600	32.580	47.600	32.580	Arrendamentos a pagar	4.816	2.918	9.768	9.656	Despesas financeiras	(18.142)	(10.163)	(21.661)	(11.845)
Depósitos judiciais e cauções	2.452	2.440	2.645	2.698	Provisões para contingências	29.225	10.476	29.340	10.607	Receitas financeiras	5.295	11.566	5.401	12.058
Total do não circulante	109.801	81.512	190.146	134.069	Total do não circulante	34.041	13.394	39.108	20.263	Outros resultados financeiros, líquidos	(393)	10.173	(393)	10.176
Investimento	72.556	63.989	-	-	Total do patrimônio líquido	350.778	360.742	350.785	360.749	Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição Social	(25.442)	37.224	(24.424)	38.573
Imobilizado	88.108	68.321	103.420	83.395	Capital social	245.691	245.691	245.691	245.691	Imposto de renda e contribuição social corrente	765	12.451	(253)	11.102
Ativo de direito de uso	9.152	9.481	15.436	17.925	Outros resultados abrangentes	(2.180)	(1.977)	(2.180)	(1.977)	Imposto de renda e contribuição social diferido	14.916	6.919	14.916	6.919
Intangível	5.358	6.449	5.396	6.490	Reservas de Lucros	107.267	117.028	107.267	117.028	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.761)	56.594	(9.761)	56.594
Total do ativo	805.784	730.830	845.747	758.044	Participação dos não controladores	-	-	7	7	Quantidade de quotas no final do exercício	-	-	245.691	245.691
					Total do Passivo e Patrimônio Líquido	805.784	730.830	845.747	758.044	Lucro líquido (prejuízo) por quotas do capital social no fim do exercício - R\$	-	(0,0397)	-	0,2303

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	plano de benefício definido	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Reserva de Retenção de Lucros fiscais	Reserva de Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Em 01 de janeiro de 2022	245.691	(3.486)	2.244	52.863	7.571	-	304.883	-	7	304.890
Varição cambial - hedge accounting	-	-	(402)	-	-	-	(402)	-	-	(402)
Resultados atuariais de benefício definido	-	(333)	-	-	-	-	(333)	-	-	(333)
Reserva de subvenção de ICMS	-	-	-	(89.234)	89.234	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	56.594	-	-	56.594	-	-	56.594
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(56.594)	-	-	(56.594)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	245.691	(3.819)	1.842	20.223	96.805	-	360.742	-	7	360.749
Varição cambial - hedge accounting	-	-	227	-	-	-	227	-	-	227
Resultados atuariais de benefício definido	-	(430)	-	-	-	-	(430)	-	-	(430)
Reserva de subvenção de ICMS	-	-	-	(1.628)	1.628	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(9.761)	-	-	(9.761)	-	-	(9.761)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.761	-	-	9.761	-	-	9.761
Em 31 de dezembro de 2023	245.691	(4.249)	2.069	8.834	98.433	-	350.778	-	7	350.785

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto operacional - A Saint-Gobain Canalização Ltda. ("Empresa" ou "Canalização") e sua controlada (conjuntamente, "o Grupo") têm por atividade preponderante a industrialização e a comercialização de tubos, válvulas e conexões para saneamento, tratamento e transporte de fluidos, com comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo. Através de sua controlada Saint-Gobain PAM Bioenergia Ltda. ("PAM Bioenergia") explora florestas de eucalipto para produção e abastecimento de carvão vegetal para utilização nos autos fornos da linha de produção da Canalização. A Empresa é uma sociedade limitada com sede em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, com usinas em Barra Mansa, Rio de Janeiro e Itaúna, Minas Gerais, além de um centro de distribuição em São Bernardo do Campo, São Paulo e município de Conde, Paraíba. Seus quotistas são Saint-Gobain PAM S.A. e Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. Em 2023 destaca-se a necessidade de renovação e manutenção cíclica do principal alto forno da Empresa, localizada em Barra Mansa/RJ, ocasionando uma parada de 60 dias a começar em dezembro de 2023, com foco na revitalização do parque fabril, fazendo parte da estratégia da Administração de revisão do parque fabril para melhorias industriais e de performance. Embora o prejuízo operacional registrado no exercício de 2023, a Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a empresa possui recursos adequados para sua continuidade operacional. Portanto, é adotado base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 27 de março de 2024. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Empresa leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **2.2. Consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações financeiras da Empresa e de sua controlada direta. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Empresa reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais o resultado do investimento na controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) - Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) - Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando a Empresa deixar de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. **(c) - Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Grupo atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional do Grupo, e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras Receitas (Despesas), Líquidas". **2.4. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. **2.4.1. Ativos financeiros:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade ou de acordo com as perspectivas realistas de realização de determinado ativo financeiro atrelado a estimativa e prática contábil específica. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes "VJORA" ou por meio do resultado "VJR"), dependendo da classificação dos ativos financeiros. **2.4.1.1. Classificação:** A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: a) Mensurados ao custo amortizado; b) Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: i) Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera

essa classificação como sendo mais relevante. Atualmente, o Grupo não possui este tipo de ativo financeiro. ii) Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros, e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. **O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** i) Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. ii) Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e os investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Atualmente, o Grupo não possui este tipo de ativo financeiro. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.4.2. Passivos financeiros:** Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. O Grupo baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **2.4.2.1. Classificação dos passivos financeiros:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • for adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; • o reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; • for um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo. Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** O Grupo contrata uma série de instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, opções e swaps de taxa de juros. O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que o Grupo tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como: hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa). As movimentações nos valores de hedge classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. **(a) Hedge de fluxo de caixa -** a parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas, líquidas". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por hedge). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Entretanto, quando a operação protegida por hedge prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso dos ativos fixos. Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não atende mais aos critérios de contabilização de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existente no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentado no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado. **(b) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado -** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas, líquidas". **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e com um risco insignificante de mudança de valor.

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
142.849	179.707	142.852	179.707
16.663	27.960	16.663	27.960
35	151	67	151
35.997	30.256	35.997	30.256
(7.979)	(9.688)	(7.979)	(9.688)
187.565	228.386	187.600	228.386
32.856	56.459	32.856	56.459
132.761	72.020	133.059	75.266
46.115	41.558	47.170	42.632
16.521	18.651	16.521	18.651
17.444	18.660	29.109	29.288
1.354	1.631	1.353	1.631
(23.729)	(22.147)	(26.954)	(23.411)
223.322	186.832	233.114	200.516
10.729	3.327	10.730	3.835
16	6.579	16	6.579
70	291	70	291
2.328	742	2.329	852
-	16.044	-	16.044
5.054	1.829	5.064	1.836
18.197	28.812	18.209	29.437
82.963	52.216	82.964	52.242
85.724	52.380	85.736	52.426

Controladora e Consolidado	
2023	2022
(9.761)	56.594
(430)	(333)
227	(402)
(9.964)	55.859

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
26.606	21.367	32.834	27.812
(261)	2.156	(261)	2.156
-	-	(27.877)	(7.369)
884	38	884	38
1.658	-	1.659	-
(8.567)	(3.779)	-	-
1.540	1.939	3.756	2.623
1.093	748	1.973	748
19.460	5.925	19.454	5.816
1.582	(3.556)	3.543	(5.378)
479	13.470	479	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 da Saint-Gobain Canalização Ltda.

Table with financial data for 2023 and 2022. Includes sections for 'Custo histórico', 'Movimentação do ativo biológico ao valor justo no exercício', 'Depósitos compulsórios e judiciais', 'Investimento em controlada', and 'Ativos intangíveis'.

2.10. Depósitos compulsórios e judiciais: Os depósitos compulsórios e judiciais são registrados ao custo histórico no ativo não circulante e são atualizados monetariamente. O Grupo apresenta os seguintes saldos de depósitos judiciais e provisões para contingências em 31 de dezembro.
2.11. Investimento em controlada: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício da controladora como despesa ou receita.
2.12. Imobilizado: Os itens do imobilizado compreendem principalmente fábricas, escritórios, fornos, maquinários produtivos e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação, exaustão acumulada e provisão para perda do imobilizado.

com base nas atividades da empresa, caso necessário é constituída provisão da parcela não recuperável. g) Julgamentos aplicados na determinação da classificação e apresentação da transação de "reverse factoring". O passivo do "reverse factoring" é reconhecido na mesma rubrica de fornecedores e contas a pagar porque essa transação não altera a natureza, montantes e de condições de prazo usuais das operações mercantis, sendo ainda, de direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Empresa e suas controladas junto as instituições financeiras, de modo que o Grupo não possui ônus na operação, tampouco dispõe de garantias às instituições financeiras. h) Determinação da taxa de desconto para arrendamentos. A taxa de desconto usada para calcular o passivo de arrendamento é a taxa de empréstimo incremental. Esta taxa é aplicada no início do arrendamento ou na data da decisão para renovar o arrendamento. O Grupo calculou a taxa aplicáveis a cada contrato de locação com base na sua duração, que reflete o perfil de pagamento do arrendamento respectivamente. A taxa de juros implícita na locação é utilizada como taxa de desconto apenas no caso de locações não comerciais e apenas se tal for expressamente estipulado no contrato de locação. Embora as locações possam geralmente incorporar cláusulas de indexação, os passivos de locação são mensurados exclusivamente com base em índices conhecidos no final do período de renda. 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e ainda não vigentes: a) Alterações às normas brasileiras e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente. As normas brasileiras (CPC) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas normas novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício corrente. Pronunciamento a1: Alterações à Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercício Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis. Descrição a1 - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". Pronunciamento a2: Alterações ao CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis. Descrição a2 - A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". Pronunciamento a3: Alterações ao CPC 32 - Uso Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Uma Única Transação. Descrição a3 - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. b) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: Pronunciamento b1: Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante. Descrição b1 - As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existentes se as cláusulas restritivas não cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Pronunciamento b2: Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com "Covenants". Descrição b2 - As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Pronunciamento b3: Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores. Descrição b3 - As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Pronunciamento b4: Alterações ao CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". Descrição b4 - As alterações ao CPC 06 (R2) acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e "leaseback", que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. A Administração da Companhia, preliminarmente, não identificou efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras decorrentes da aplicação desses pronunciamentos. Contudo, ao longo de 2024, efetuará análise mais aprofundada para avaliar a existência de eventuais impactos. 4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro - O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A diretoria do Grupo examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, o Grupo administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. (a) Risco de crédito - A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seleatividade de seus clientes, assim como a análise da qualidade dos recursos utilizados pelos seus clientes em grandes projetos e a definição de limites individuais de posição de crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. O Grupo possui uma carteira de aproximadamente 529 clientes (530 - 2022) entre eles órgãos públicos, concessionárias, empreiteiras, empresas públicas, não havendo concentração significativa em nenhum deles, diluindo assim o risco de inadimplência. (b) Risco de liquidez: É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamentos de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. O Grupo beneficia-se da política adotada pela direção de tesouraria e financiamento da Compagnie de Saint-Gobain, que administra o risco de liquidez ligado à dívida líquida global do Grupo e delega para as Direções Financeiras Regionais a gestão das necessidades de financiamento das subsidiárias da sua área de influência. (c) Risco de mercado: (i) Risco com taxa de juros: O perfil de dívida do Grupo restringe ao mínimo este tipo de impacto, ao estar baseado em empréstimos a taxa fixa ou de curto prazo se a taxa é variável. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. O Grupo está exposto substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com financiamentos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso. (ii) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. O Grupo tem parte da receita de vendas aproximadamente 34% (aproximadamente 24% 2022) em moeda estrangeira e contrata operações de "hedge" para anular a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio, realizando uma cobertura suficiente para atender sua exposição em moeda estrangeira. 4.2. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo bem como oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Tais objetivos resultam na redução do custo do capital, otimizando sua estrutura, o fluxo de caixa financeiro e a gestão de risco de forma efetiva. A gestão do capital é uma função exercida pelo Grupo Saint-Gobain em Paris, na França, onde o capital é avaliado em um âmbito global. Agências comissionadas contratadas pelo Grupo Saint-Gobain provêm indicadores para grau de investimento, permitindo aos acionistas a avaliação da qualidade de crédito do Grupo. A estratégia mundial para gestão do capital do Grupo é baseada em indicadores que buscam prover ao Grupo uma estrutura financeira sólida. Um dos indicadores de monitoramento do capital utilizados pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos de curto e longo prazos, adiantamentos de contratos de câmbio e adiantamentos de cambiais entregues, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS
CNPJ/MF Nº 31.590.862/0001-45

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 www.diariocomercial.com.br

Relatório da Administração

Mensagem da Diretoria. A COPAPA iniciou o ano de 2023 com audaciosas metas de curto e longo prazo, dentre elas o objetivo de dar continuidade na consolidação do projeto COPAPA 60+, lançado no início de 2020, quando a empresa completou 60 anos de sua fundação, e que visa implantar uma cultura de sustentabilidade na companhia. Neste contexto, mesmo entre as incertezas políticas e econômicas devido à alta inflação e taxa de juros elevadas no cenário mundial e brasileiro, a companhia alcançou o objetivo de equalizar os custos de produção relativo às vendas, maximizando os resultados e reforçando a posição financeira. Desta forma, no ano de 2023, a COPAPA alcançou melhorias significativas em suas margens, como podemos observar na tabela a seguir:

Margens	2023	2022
Margem Bruta	40,4%	33,8%
Margem Operacional	6,0%	1,9%
Margem Líquida	4,9%	1,8%
Margem Ebitda	17,5%	13,0%

As melhorias das margens ocorreram tanto pela melhoria do preço médio de venda dos produtos, bem como a redução dos custos da atividade produtiva.

Ainda em relação as margens, observamos que as estratégias e esforços de redução de custos e despesas adotadas pela administração no decorrer dos anos de 2022 e 2023 contribuíram para garantir uma margem positiva no ano de 2023. Além dos esforços para redução dos custos e despesas, a companhia também se empenhou em buscar a maximização das suas receitas, tanto pelo crescimento do volume vendido, quanto do aumento de preço médio de venda. Como efeito desses esforços, a empresa apresentou um crescimento de 6,1% da sua receita operacional líquida em relação a 2022. A COPAPA tem se destacado por sua resiliência diante dos desafios e em 2023 alcançou várias vitórias. Todo esforço da companhia gerou reconhecimento de grandes instituições ao longo de 2023, como por exemplo, em agosto de 2023, a Copapa recebeu a Menção Honrosa no Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2023, resultado do programa ambiental da COPAPA, através do Programa COPAPA 60+. Ainda em agosto de 2023, a COPAPA recebeu o certificado de energia renovável, conferido pela Thymos Energia, uma empresa que se destaca por sua metodologia exclusiva. Esse reconhecimento é resultado do nosso compromisso em utilizar fontes de energia renováveis e evitar a emissão de 10.130,62 toneladas de CO2 durante o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2021. Estas conquistas e homenagens, principalmente referente

ao empenho da empresa em seguir com investimentos em desenvolvimento de produtos e realizações de ações sustentáveis, atrelados ao Programa COPAPA 60+, consolidam a política da empresa nos conceitos de ESG (Environmental, Social and Governance). Todas essas ações foram virtuosas para a empresa, que em 2023 alcançou uma receita bruta de venda de R\$ 478,14 milhões, crescimento de 5,7% em relação a 2022. Lucro Líquido de R\$ 20,57 milhões e Ebitda de R\$ 73,76 milhões, um crescimento em relação a 2022 de 191,0% e 41,9%, respectivamente. É importante ressaltar que, mesmo com todos os desafios de 2023, o desempenho das nossas operações foi excepcional, resultado do engajamento e dedicação de todos os colaboradores da COPAPA. Para 2024, levaremos os inspenáveis aprendizados que o ano de 2023 nos proporcionou e as conquistas que nossa resiliência nos trouxe. Continuaremos focados em criar soluções sustentáveis e inovadoras para os desafios da sociedade num processo de constante transformação e renovação.

Fernando Pinheiro - Diretor Presidente
Celso Ademir da Costa - Diretor Administrativo
Igor Dias da Silva - Diretor Financeiro

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Ativo	Nota Explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.845.272	15.207.531		
Contas a receber de clientes	4	57.494.342	65.593.977		
Estoques	5	19.572.235	23.377.931		
Impostos a recuperar	6	40.349.102	48.673.943		
Despesas antecipadas		8.992.412	11.344.662		
Outros créditos	8	3.359.275	2.456.102		
		164.612.638	166.654.146		
Não circulante					
Impostos a recuperar	6	33.891.540	37.348.663		
Outros créditos	8	388.797	273.000		
		34.280.337	37.621.663		
Imobilizado	9	142.935.843	131.338.592		
Direito de Uso	10	3.904.529	13.343.984		
Ativo de Subvenção	11	8.658.300	8.658.300		
		155.498.672	153.340.876		
Total do ativo		354.391.647	357.616.685		

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores	12	37.597.552	50.256.832		
Operação Risco Sacado	13	30.232.359	27.379.203		
Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	14	75.540.503	46.173.298		
Obrigações de arrendamento - IFRS 16	16	3.952.612	4.316.596		
Obrigações tributárias	17	4.793.846	2.150.498		
Obrigações sociais a pagar	18	4.482.712	4.392.554		
Comissões a pagar		1.214.953	1.153.161		
Dividendos	19	101.686	687.879		
Outros passivos circulantes	20	6.327.024	5.951.292		
		164.243.247	142.461.313		
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	106.381.604	147.695.980		
Obrigações de arrendamento - IFRS 16	16				
Contas a pagar - partes relacionadas	7	11.538.887	9.656.370		
Impostos e contribuições sociais diferidos	21	1.774.935	1.852.880		
Provisão para contingências	23	224.456	41.481		
		119.919.882	159.246.711		
Patrimônio líquido	24				
Capital social		30.000.000	24.150.000		
Reserva de lucros		36.967.743	28.346.582		
Ajuste de avaliação patrimonial		3.260.775	3.412.079		
		70.228.518	55.908.661		
Total do passivo e patrimônio líquido		354.391.647	357.616.685		

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

Nota Explicativa	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	25	422.554.256	398.317.256	
Custos dos produtos vendidos	26	(251.828.810)	(263.534.257)	
Lucro bruto		170.725.447	134.782.999	
Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas com vendas	27	(76.141.024)	(65.933.956)	
Despesas gerais e administrativas	28	(23.709.448)	(20.339.666)	
Despesas com depreciação		(2.244.773)	(2.232.899)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	29	(3.772.385)	(3.025.231)	
Resultado antes do efeito financeiro		(105.867.630)	(91.531.752)	
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	30	3.098.121	1.919.112	
Despesas financeiras	30	(42.469.528)	(37.702.325)	
		(39.371.407)	(35.783.213)	
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		25.486.410	7.468.034	
Imposto de Renda	22	(3.598.083)	(286.961)	
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	22	(1.315.542)	(110.904)	
		(4.913.625)	(397.865)	
Lucro líquido do exercício		20.572.785	7.070.169	
Lucro líquido por ação		0,69	0,29	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Reservas de lucros					Lucros líquidos/(prejuízos) Acumulados	Total
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Especial de Dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.150.000	5.850.000	4.239.418	4.073.936	13.152.399	3.600.442	55.066.195
Ajuste de avaliação patrimonial líquido de imposto	-	-	-	-	-	(188.363)	188.363
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.070.169	7.070.169
Destinação do lucro							
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(6.227.703)	-	(6.227.703)
Constituição de reservas	-	-	353.508	4.584.364	-	(7.258.532)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.150.000	5.850.000	4.592.926	8.658.300	9.245.356	3.412.079	55.908.661
Ajuste de avaliação patrimonial líquido de imposto	-	-	-	-	-	(151.304)	151.304
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.572.785	20.572.785
Destinação do lucro							
Aumento de Capital	5.850.000	(5.850.000)	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(6.252.928)	-	(6.252.928)
Constituição de reservas	-	-	1.028.639	19.695.450	-	(20.724.089)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.000.000	5.621.565	8.658.300	22.687.878	3.260.775	-	70.228.518

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.572.785	7.070.169
Outros resultados abrangentes		
Realização do ajuste patrimonial	151.304	188.363
Resultado abrangentes do exercício	20.724.089	7.258.532

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	20.572.785	7.070.169
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para perda esperada, efeito líquido	(556.515)	(409.674)
Depreciação - Imobilizado	5.567.904	5.370.815
Depreciação - Direito de Uso	4.595.016	3.878.332
Baixa de imobilizado	211.297	236.765
Provisão de juros, encargos financeiros, variação monetária sobre empréstimos	32.798.080	28.477.299
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais	63.188.567	44.623.706
Variação de contas a receber de clientes	8.656.150	(21.428.129)
Variação de estoques	3.805.696	1.619.702
Variação de impostos a recuperar	11.781.964	(23.011.375)
Variação de outros créditos	(1.018.970)	(2.470.635)
Variação de despesas antecipadas	2.352.250	(1.017.274)
	25.577.090	(46.307.711)

(Redução) líquida/Aumento nos passivos operacionais

Variação de fornecedores	(12.659.280)	3.970.923
Variação de obrigações tributárias	2.643.348	647.854
Variação de obrigações trabalhistas, impostos e contribuições a recolher e provisão de Imposto de Renda, desmobilização de ativo, contribuição social e outros	12.213	68.021
Variação de comissões a pagar	61.792	178.274
Variação de dividendos	(586.193)	591.082
Variação de outros débitos	558.707	945.482
	(9.969.413)	6.401.636

Caixa líquido gerado provenientes das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos	78.796.244	4.717.631
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(6.484.357)	(8.540.027)
Aquisição direito de uso - IFRS 16	(6.047.655)	(4.368.038)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos	(12.532.012)	(12.908.065)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	27.624.237	25.601.801
Amortização de empréstimos - principal	(31.692.991)	(17.975.494)
Juros pagos sobre empréstimos	(9.664.852)	(11.116.959)
Captação de debêntures	-	-
Amortização de debêntures - principal	(3.675.035)	-
Juros pagos sobre debêntures	(16.382.856)	(15.452.953)
Mútuo com partes relacionadas	131.707	6.083.252
Risco Sacado	2.853.156	4.476.053
Desconto de Duplicatas	(7.783.300)	2.153.865
Arrendamentos	(1.923.629)	(3.332.899)
Distribuição de dividendos	(6.252.928)	(6.227.703)
Caixa líquido (consumido) gerado proveniente das atividades de financiamentos	(46.626.491)	3.608.963
Aumento (Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	19.637.741	(4.581.471)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.207.531	19.789.002
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.845.272	15.207.531
Aumento (Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	19.637.741	(4.581.471)

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Santo Antônio de Pádua, 27 de março de 2024. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/F. Cristiano Mendes de Oliveira - Contador CRC 1 RJ 078157/O-2.

1. Contexto operacional. A COPAPA – Companhia Paduana de Papéis é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 1960, cuja sede encontra-se na Avenida José Homem da Costa, 635-693 – bairro São Luis no município de Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil. Tem como atividade principal e única, a fabricação e a comercialização, para todo o país, de papéis higiênicos e sanitários, toalhas de papel e guardanapos de papel e outros produtos congêneres.

2. Aviso. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor

independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://diariocomercial.com.br>; b) <https://copapa.com.br/Investidores-Demonstrativo/>; c) <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoPEEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1213418>.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Saulo Fonseca Padilha - **Presidente**. José Mauricio Silva Padilha - **Vice-Presidente**. Conselheiros: Frederico de Alvim Padilha Filho; Renata Miguel Padilha Accioli; Jane Pereira Padilha; Antônio Cláudio Silva Padilha; Jecilda Pinheiro Fonseca Padilha Silva; Jussara Padilha Campanário.

Diretoria: Antônio Fernando Pinheiro da Silva - Diretor Presidente; Celso Ademir da Costa - Diretor Administrativo; Igor Dias da Silva - Diretor Financeiro.

Contador: Rodrigo Pimentel Lima - CRC RJ nº 129306/O-3.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Diretores da **COPAPA – Companhia Paduana de Papéis** Santo Antônio de Pádua – RJ. **Opinião sobre as demonstrações contábeis.** Examinamos as demonstrações contábeis da **COPAPA – Companhia Paduana de Papéis** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COPAPA – Companhia Paduana de Papéis** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. Ressarcimento de créditos de PIS e COFINS.** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia tem empreendido esforços para obter o ressarcimento dos créditos de PIS e COFINS que estão pendentes de análise há mais de 360 dias, através da impetração de mandados de segurança contra a Receita Federal do Brasil. O mandado de segurança de número 5013122-17.2023.4.02.5102, distribuído em 20 de outubro de 2023, visa o ressarcimento do valor de R\$ 12.558.82

CARNAVAL

Unidos do Viradouro anuncia enredo sobre entidade afro-indígena para 2025

A história de um líder de quilombo que aprendeu com indígenas, há 200 anos, o segredo da força das ervas é a aposta da atual campeã do carnaval carioca para tentar o bicampeonato em 2025. A Unidos do Viradouro levará para o sambódromo da Marquês de Sapucaí o enredo Malunguinho: O mensageiro de três mundos.

O anúncio foi feito em publicação nas redes sociais, na noite de segunda-feira (8). Um vídeo de divulgação mostra Malunguinho, líder do quilombo do Catucá, em Pernambuco, sendo perseguido, até encontrar indígenas em uma floresta, onde adquire conhecimentos ancestrais.

“É com a companhia poderosa dessa entidade afro-indígena, que se manifesta como Caboclo, Mestre e Exu/Trunqueiro, que a Viradouro dá início à caminhada rumo ao Carnaval 2025”, anuncia a publicação.

A escola explica que a história de Malunguinho se passa

em Pernambuco, na primeira metade do século 19. “O quilombo do Catucá era foco de resistência e viu seu último líder, João Batista, o Malunguinho, ser duramente perseguido por seus atos libertários”, ressalta.

“Ao fugir das emboscadas, ocultou-se na mata e aprendeu com os indígenas o segredo da força das ervas. Assim, tornou-se Mensageiro de Três Mundos: Mata, Jurema e Encruzilhada. Malunguinho é o dono da chave mágica para abrir senzala e fechar o corpo dos que a ele rogam proteção.”

O carnavalesco Tarcísio Zanon explica que o enredo nasceu da ideia de reorganizar o imaginário do popular brasileiro. “Isso a gente vem fazendo desde a história das Ganhadeiras de Itapuã”, conta, se referindo ao tema que rendeu à escola o título de 2024, quando a vermelha e branca de Niterói falou sobre negras escravizadas até o fim do século 19.

Tarcísio enxerga na escolha dos enredos uma forma de levar ao público importantes personagens históricos que ficaram desconhecidos durante muito tempo.

“A Viradouro, com a missão de escola de samba, de espaço cultural e de trazer mensagens motivacionais e de reparação histórica, optou por falar sobre esse grande homem, esse grande herói nacional, que ainda não tinha tido na Marquês de Sapucaí e no carnaval carioca essa merecida homenagem”, disse.

Outras seis escolas de samba do carnaval carioca já definiram enredos para 2025. Na sexta-feira (5), a Paraíso do Tuiuti divulgou que contará a história de Xica Manicongo, considerada a primeira travesti do Brasil.

Na quinta-feira tinha sido a vez da Portela, que vai homenagear o cantor e compositor Milton Nascimento. “Ser homenageado por uma entidade tão grande como a Portela, é algo que nunca passou



Após vencer o carnaval neste ano com enredo sobre o culto às serpentes na África a Viradouro volta a apostar nas tradições africanas

pela minha cabeça”, escreveu em carta o artista.

A Unidos da Tijuca apresentará um enredo sobre Logunedê, as histórias sobre o menino respeitado pelos mais velhos, conforme a sabedoria oral dos candomblés, que

levará ao público um pouco sobre a diáspora africana.

Atual vice-campeã, a Impetratriz Leopoldinense contará a história da ida de Oxalá ao reino de Oyó com a intenção de visitar Xangô.

A Acadêmicos do Grande

Rio falará sobre o estado do Pará. A Beija-Flor de Nilópolis homenageará Laíla, carnavalesco, diretor de carnaval e um dos grandes campeões do carnaval carioca, que morreu em 2021, em decorrência da covid-19.

DIAGEM REFLORESTAMENTO LTDA.
NIRE nº 35.220.415.632 - CNPJ/MF nº 07845.250/0001-71
Edital de Convocação Para Reunião Extraordinária de Sócios.
Pelo presente, a sócia majoritária da sociedade Diagem Reflorestamento Ltda., detentora de 90% (noventa por cento) do capital social subscrito e integralizado, **CONVOCA** o sócio minoritário Sr. **BORIS MORO** para **Reunião Extraordinária de Sócios** que será realizada no dia **22 de Abril de 2024, às 10:00 horas, na Praia do Flamengo, nº 278, 4º Andar, Sala 41, Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.210-030**, escritório do procurador e representante legal da sócia majoritária, a fim de que possam ser deliberadas e decididas as seguintes matérias para **“ORDEM DO DIA”**: I. **alteração da sede social da empresa para o endereço da Praia do Flamengo, nº 278, Apt.º 41, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, Cep.: 22.210-030; II. deliberar, votar e decidir todas as demais matérias que por ventura venham a surgir até a data da RE e durante a realização da mesma.** Considerando que todos os itens acima fazem parte da soberana e expressa vontade da sócia majoritária, detentora de 90% (noventa por cento) do capital societário, este instrumento de **CONVOCAÇÃO** será publicado em órgão oficial de imprensa por 3 dias consecutivos, de sorte a dar ciência a todos os interessados que queiram comparecer à referida reunião extraordinária de sócios, em especial o sócio minoritário.
Rio de Janeiro, **08 de Abril de 2024.**
Diagem Trading Limited – Sócia Majoritária
Pp André Luiz Rocha de Freitas

LIGHT ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 01.917.818/0001-36 - NIRE 33.3.0016560-6
Companhia Aberta
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light Energia S.A. (“Companhia”), realizada em 23 de fevereiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 23 de fevereiro de 2024, às 18h30min, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, Alexandre Nogueira Ferreira, Rodrigo Tostes Solon de Pontes, Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Eduardo Xavier Rodrigues. Sem participar das votações, a Sra. Alana da Costa de Carvalho, convidada para secretariar a reunião. **3. Convocação e instalação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Estatuto Social. A reunião foi devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho. **4. Mesa:** Presidente: Alexandre Nogueira Ferreira; Secretária: Alana da Costa de Carvalho. **5. Assunto para Deliberação:** Após discussão e análise da matéria submetida à apreciação, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, e sem ressalvas: a) Consignar que tomaram conhecimento dos termos e condições a serem propostos por sua controladora Light S.A. a seus credores no plano modificativo que será apresentado no âmbito da sua recuperação judicial (“PRJ Modificativo da Light S.A.”), em trâmite perante o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme material de apoio disponibilizado previamente aos Conselheiros. b) Autorizar que a Companhia compareça no PRJ Modificativo da Light S.A., exclusivamente na qualidade de interveniente, de modo a apenas formalizar que a Companhia tomou conhecimento dos termos e condições a serem propostos pela Light S.A. a seus credores, bem como autorizar que os representantes da Companhia assinem o referido plano para esse fim. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada, e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, será assinada de forma eletrônica por todos os Conselheiros presentes, sendo que as assinaturas retroagem à data da reunião. **Alexandre Nogueira Ferreira** - Presidente da Mesa. **Alana da Costa de Carvalho** - Secretária da Mesa. **Conselheiros:** Alexandre Nogueira Ferreira; Rodrigo Tostes Solon de Pontes; Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão; Déborah Meirelles Rosa Brasil; e Eduardo Xavier Rodrigues. Arquivado na JUCERJA nº 6125433 em 11/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
Companhia Aberta
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia”), realizada em 23 de fevereiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 23 de fevereiro de 2024, às 19 horas, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, Alexandre Nogueira Ferreira, Rodrigo Tostes Solon de Pontes, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Eduardo Xavier Rodrigues. Sem participar das votações, a Sra. Alana da Costa de Carvalho, convidada para secretariar a reunião. **3. Convocação e instalação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Estatuto Social. A reunião foi devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho. **4. Mesa:** Presidente: Alexandre Nogueira Ferreira; Secretária: Alana da Costa de Carvalho. **5. Assunto para Deliberação:** Após discussão e análise da matéria submetida à apreciação, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, e sem ressalvas: a) Consignar que tomaram conhecimento dos termos e condições a serem propostos por sua controladora Light S.A. a seus credores no plano modificativo que será apresentado no âmbito da sua recuperação judicial (“PRJ Modificativo da Light S.A.”), em trâmite perante o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme material de apoio disponibilizado previamente aos Conselheiros. b) Autorizar que a Companhia compareça no PRJ Modificativo da Light S.A., exclusivamente na qualidade de interveniente, de modo a apenas formalizar que a Companhia tomou conhecimento dos termos e condições a serem propostos pela Light S.A. a seus credores, bem como autorizar que os representantes da Companhia assinem o referido plano para esse fim. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada, e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, será assinada de forma eletrônica por todos os Conselheiros presentes, sendo que as assinaturas retroagem à data da reunião. **Alexandre Nogueira Ferreira** - Presidente da Mesa. **Alana da Costa de Carvalho** - Secretária da Mesa. **Conselheiros:** Alexandre Nogueira Ferreira; Rodrigo Tostes Solon de Pontes; Déborah Meirelles Rosa Brasil; e Eduardo Xavier Rodrigues. Arquivado na JUCERJA nº 6145190 em 25/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

FEDERAÇÃO DE PICKLEBALL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Edital de Convocação
Convidamos todas as entidades de prática esportiva da modalidade de PICKLEBALL no estado do Rio de Janeiro, como também profissionais da modalidade interessados em participarem da Assembleia Geral para Constituição da Federação de Pickleball do Estado do Rio de Janeiro, a realizar-se no dia *18 de Abril de 2024 às 21:30 horas em primeira chamada e as 21:45 em segunda chamada e última chamada, na Rua Joaquim Nabuco 189 - apartamento 105, Ipanema/RJ e também online através do link que deverá ser solicitado ao Presidente e representante da APRJ, Marcus Paulo através do Direct de Instagram da “Associação de Pickleball do estado do Rio de Janeiro”, e ainda possível a solicitação do mesmo link ao Marcelo Silva através do WhatsApp 21 97164 4144 ou Direct do perfil “@pickleballriobrasil” para a finalidade de apreciarem, discutirem e deliberarem quanto a constituição da Federação de Pickleball do Estado do Rio de Janeiro, atendendo a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e deliberação da constituição da Federação de Pickleball do Estado do Rio de Janeiro; 2) Discussão e deliberação da minuta dos Estatutos da Federação; 3) Estabelecimento do endereço da Sede da Federação; 4) Eleição da Posse do Presidente, Vice- Presidente, Membros do Conselho Fiscal e nomeação dos Diretores; 5) Assuntos Gerais.
Rio de Janeiro 02 de Abril de 2024.
Comissão organizadora.

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.
CNPJ: 10.476.221/0001-94
Convocação: Ficam os Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 19/04/2024, às dez horas, na sede social da Companhia, situada à Rua da Assembleia, nº 10, sala 3611, Centro, Rio de Janeiro/ RJ, CEP 20.011-901, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação do relatório da administração, das contas da Diretoria e das demonstrações financeiras da Companhia e a destinação do lucro/prejuízo do exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) Aprovação da remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício de 2024; (iii) Aprovação, com efeitos retroativos, do Programa de Meta e de Participação nos Lucros e Resultados de 2023 da Companhia e de suas subsidiárias; e (iv) Assuntos diversos/encerramento. Diretoria

SICPA AMÉRICA DO SUL INDÚSTRIA S.A.
CNPJ nº 28.721.821/0001-36 - NIRE 33.3.0032479-8
Convocação – Assembleia Geral Ordinária: Ficam os acionistas convocados para se reunirem em AGO a ser realizada no dia **16/04/2024 às 11h, de forma virtual**, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas da Administração e examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31/12/2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023. Os links para acesso à Assembleia serão disponibilizados posteriormente a todos os acionistas. Rio de Janeiro, **4 de abril de 2024.** **SICPA América do Sul Indústria S.A.**

VIBRA
Vibra Energia S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02 - NIRE 33300013920
CERTIDÃO
Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Vibra Energia S.A., em reunião levada a efeito em 01/04/2024 (Ata CA nº 913), sob a presidência do Presidente do Conselho de Administração Sergio Agapito Lires Rial, com a participação dos Conselheiros, Clarissa de Araujo Lins, David Zylbersztajn, Fabio Schvartsman, Mateus Affonso Bandeira, Nildemar Secches, Pedro Santos Ripper e Walter Schalka, deliberou sobre os seguintes assuntos: **(i) Eleição de Diretor Vice-presidente Executivo Comercial B2B da Vibra.** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, em conformidade com recomendação favorável do Comitê de Governança, Pessoas e Remuneração, aprovaram a eleição de **JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO** para o cargo de Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, contados desta data, em substituição ao atual Vice-presidente Bernardo Kos Winik. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. Flavia Rita Raduswesi Quintal Tanabe - Secretária do Conselho de Administração. Certifico o arquivamento em 08/04/2024 sob o número 00006170316 e demais constantes do termo de autenticação. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

REAL ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 36.079.804/0001-75
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 17/04/24. Real Engenharia e Incorporações S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.079.804/0001-75, com sua sede na Rua São José nº 70, sala 1901, Centro, na cidade e estado do Rio de Janeiro, vem CONVOCAR todos os seus acionistas da sociedade e especialmente V.Sas., para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, nos termos dos artigos 124 e 131, da Lei nº 6.404/76, que será realizada no dia 17/04/24, de forma exclusivamente virtual, no endereço eletrônico: <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1607FECC18F7>, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 1/2 (metade) do capital social com direito a voto, e às 14:00 horas, em segunda e última convocação, às 14:30 horas, com qualquer número de acionistas, nos termos do artigo 20, dos Estatutos Sociais da sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Aprovação de contas do exercício social encerrado em 31.12.23; 2. Destinação do Resultado do exercício de 2023; 3. Eleição da Diretoria para o mandato de 01.05.24 a 30.04.27; 4. Fixação da remuneração da diretoria a ser eleita; e 5. Assuntos de interesse geral. Em conformidade com o artigo 23 dos Estatutos Sociais da Sociedade, o acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há pelo menos 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado, ou, ainda por seu representante legal. Conforme autorizado pela Lei 6.404/76, art. 124, §2º-A, a Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, mediante sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas para que acompanhem e votem a distância na Assembleia, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto. A documentação relativa às propostas a serem apreciadas (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS) ESTÃO DISPONÍVEIS PARA CONHECIMENTO PRÉVIO NO SEGUINTE ENDEREÇO: **CENTRAL DE BALANÇOS.GOV.BR** na rede mundial de computadores. Para participar e deliberar na Assembleia, os acionistas devem observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas e disponível para download no Endereço Eletrônico do Evento: <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1607FECC18F7>. a) Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária serão recebidos mediante ao cadastro na plataforma Ten Meetings que deverá ser realizado no Endereço Eletrônico do Evento em até 48 horas antes da realização da Assembleia. b) tanto acionistas, quanto procuradores, no momento em que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. c) após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, “Painel de Representantes”, que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representante, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. d) O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2024. **REAL ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES S.A.** CARLOS ALVES SECCHIN - Diretor Presidente e Acionista.**

HOTÉIS OTHON S.A.
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
CNPJ/MF 33.200.049/0001-47 - NIRE 33300096302 - Cia de Capital Aberto
Edital de Convocação - Ficam os senhores acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, marcada para o dia 30.04.2024, às 10:00 horas, na Sede da Companhia, localizada à Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana, Rio de Janeiro/RJ., a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) AGO: 1.1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, considerando o Parecer dos Auditores Independentes; 1.2 - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023; 2) AGE: 2.1) Ordem do Dia: (i) deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral, a **HHB Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda.; (ii) ratificar o protocolo de Incorporação celebrado entre as duas sociedades, acompanhado de Justificação de Incorporação; (iii) ratificar sobre a nomeação dos peritos avaliadores para avaliar o patrimônio líquido da sociedade incorporada; (iv) Aprovar o Laudo da Avaliação do acervo líquido da sociedade incorporada, a ser vertido à Companhia; e (v) outros assuntos de interesse social. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, situada na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana/RJ, os documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. **3) Informações Gerais:** A assembleia será realizada exclusivamente de modo presencial. Os acionistas Pessoas Físicas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, bem como os documentos que comprovem a titularidade das ações do Outorgante. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024. Renato Bezerra de Mello de Vasconcelos - Presidente do Conselho de Administração.**

Pro-Ofaltmo Micro Cirurgia Ocular S/C Ltda.
CNPJ: 97515.480/0001-65
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os senhores sócios da Pro-Ofaltmo Microcirurgia Ocular S/C Ltda. (“Sociedade”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia **29/04/2024**, na sede da sociedade, na Rua Álvaro Ramos 550/60, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22280-110, com início às **10:00 horas**, em **primeira convocação**, com a presença de, no mínimo, três quartos do capital social e, em **segunda convocação**, às **10:30 horas**, com a presença de qualquer número de sócios, com a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (2) Deliberar sobre: (i) alienação das cotas em leilão; (ii) modificação do Contrato Social para refletir (a) a alienação de cotas pelo Sr. Sérgio Lessa ao Sr. Harald Emil Borna e (b) o ingresso na Sociedade dos herdeiros do sócio falecido Carlucio de Oliveira Andrade; (iii) proposta da Diretoria de alteração do Contrato Social para (a) redução do número de membros da Diretoria; (b) extinção do Conselho Científico da Sociedade; e (c) conversão da Sociedade em Sociedade Empresária Limitada. Informamos que os documentos da administração requeridos por lei estão disponíveis para consulta na sede social. Os sócios podem nomear procuradores com poderes específicos para representá-los na Assembleia Geral, por meio de procuração, com firma reconhecida, contemplando poderes para votar em nome do sócio outorgante na Assembleia. O referido instrumento deverá ser apresentado na própria Assembleia. Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2024. Harald Emil Borna - Sócio Administrador.

SERVIÇOS DE PRINTER PARA IPO E FOLLOW ON
Formulário de Referência
Prospecto e Offering Memorandum
ITR e DFP
Data Room Venue® by DFIN
Atendimento 24h

www.luzcm.com

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 83C0-643D-DC22-64EA.

Pré-Pagos

CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A.
CNPJ nº 39.459.331/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/12/2023		31/12/2022		Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023		31/12/2022		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Indireto)	
	Nota	Representado	Representado	Representado		Nota	Representado	Representado	Representado	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
Circulante	660.268	216.085			Circulante	653.914	220.648			Receitas operacionais	18.1	146.340	17.484
Caixa e equivalentes de caixa	5	630.892	216.085		Fornecedores	12	1.876	5.022		Prestação de serviços		146.340	17.484
Adiantamentos	6	173	146		Salários, férias e encargos sociais	13	6.054	3.771		Custo dos serviços prestados	18.2	(136.074)	(20.418)
Tributos a receber	8	17.027	13.999		Tributos a receber	14	3.644	964		Resultado bruto	18.3	10.266	(2.934)
Despesas antecipadas	8	123	93		Outras contas a pagar	15	49.665	11.013		Despesas operacionais		(55.744)	(32.756)
Tributos a recuperar	9	12.060	509		Outras obrigações	16	592.675	199.898		Despesa de pessoal		(33.821)	(20.891)
Não circulante	393.889	404.249			Patrimônio líquido	17	400.243	399.686		Prestação de serviços		(5.367)	(2.482)
Outros investimentos		1	–		Reserva de capital		16.976	42.000		Infraestrutura		(511)	(535)
Impostos diferidos	10	10.320	10.568		Capital social	17.1	378.200	378.200		Despesas comerciais		(5.333)	(1.998)
Intangível	11	383.568	393.681		Resultado acumulado		5.067	–20.514		Depreciação e amortização	11	(10.262)	(6.780)
Total ativo	1.054.157	620.334			Total do passivo e do patrimônio líquido	1.054.157	620.334			Despesa de PECLD		(450)	(70)

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Prejuízo líquido do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado
378.200	42.000	420.200
378.200	42.000	420.200
–	(25.024)	205.176
–	–	557
378.200	16.976	400.243

As Notas Explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A. ("CAIXA Pré-Pagos" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada em conjunto pela CAIXA Cartões Holding S.A. e pela MAZI Holding Ltda., tendo sido constituída em 13 de outubro de 2020, em conformidade com a legislação brasileira, por prazo indeterminado. A Companhia, inscrita sob o CNPJ nº 39.459.331/0001-20, tem sua sede e fozal localizada na cidade de São Paulo, SP, Brasil. A CAIXA Pré-Pagos tem por objeto social explorar quaisquer direitos e atividades comerciais ligadas ao mercado de meios de pagamento da vertical pré-pagos (que inclui arranjos de pagamento pré e pós-pagos), prioritariamente nos ramos de alimentação, refeição, inclusive os relacionados ao Auxílio e Programa de Alimentação ao Trabalhador ("PAT e Auxílio"), abastecimento de combustíveis, manutenção, pedágios, estacionamento, frete, multibenefícios, trânsito e transporte, dispositivo de identificação eletrônica (TAG), carga única (one shot) e gestão de despesas corporativas de entes públicos e privados. Conforme fato relevante divulgado pela CAIXA Econômica Federal ("CAIXA") em 11 de maio de 2021, a CAIXA Cartões Holding S.A. ("CAIXA Cartões") celebrou Acordo de Associação Estratégica ("Acordo de Associação") com os parceiros VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A. - SEM PARAR INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA., CTF TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA E VB SERVIÇOS, COMÉRCIO E ADMINISTRAÇÃO LTDA., doravante FLEETCOR e/ou FLT, para atuação no segmento da vertical de pré-pagos, por meio da CAIXA Pré-Pagos. Em 15 de dezembro de 2021 ocorreu a conclusão da operação para formação da parceria societária, do tipo joint venture, pelos parceiros VR BENEFÍCIOS E FLEETCOR, através da sociedade MAZI Holding Ltda. ("MAZI"), e, para tanto, precedentes ao fechamento da operação foram realizados, incluindo as aprovações regulatórias necessárias. Com isso, a CAIXA Cartões passou a deter 75% de participação no capital total da CAIXA Pré-Pagos, sendo titular de 50%-1 de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais, e a VR-FLEETCOR, através da MAZI, passou a deter 50%-1 das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% do capital total da CAIXA Pré-Pagos. A MAZI subscreveu 25% do capital da CAIXA Pré-Pagos no valor total de R\$ 420.000 mil (quatrocentos e vinte milhões de reais), dos quais R\$ 400.000 mil (quatrocentos milhões de reais) foram pagos à CAIXA Econômica Federal ("CAIXA"), como contraprestação para a ativação da subrotina do Direito de Exploração Econômica, em caráter exclusivo, para oferta dos produtos da vertical de pré-pagos por meio da Rede de Distribuição da CAIXA, pelo prazo de 20 (vinte) anos ("Adiantamento") e R\$ 20.000 mil (vinte milhões de reais) compuseram o investimento inicial da CAIXA Pré-Pagos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
2.1. Base de apresentação: As Demonstrações financeiras da CAIXA Pré-Pagos foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis). Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia. A análise e autorização para emissão destas Demonstrações Financeiras foi pautada em reunião do Conselho de Administração da CAIXA Pré-Pagos em reunião de 19 de março de 2024 nos termos da legislação e dos instrumentos societários da Companhia.
2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras da Companhia são mensuradas e apresentadas utilizando uma moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que, no caso, é o real ("R\$"). **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional com liquidez inferior a 90 dias, sujeitos ao baixo risco de mudança de valor. **c) Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) contas a receber; e (iii) tributos a recuperar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. Os valores a receber de clientes pós-pagos pela prestação de serviços, são reconhecidos a valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, reduzido pelas perdas esperadas. O prazo de recebimento é inferior a 90 dias, logo, classificado no ativo circulante da Companhia. Em relação ao risco de não recebimento do contas a receber, a Companhia em linha com o CPC 48, adota como critério de perda, que os títulos que excederam seus vencimentos e os títulos que não foram pagos no prazo de 90 dias. **d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar ou, no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas para reduzir o imposto de renda e o passivo a apresentar. **e) Provisão para perda esperada:** A perda esperada em créditos de liquidação duvidosa é o quão o balanço quando há o direito legal e a intenção de compensação nos termos da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **f) Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis da CAIXA Pré-Pagos foram reconhecidos por ser provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da Companhia e são mensurados inicialmente pelo custo na data de aquisição do ativo constituído sendo a realização do ativo ao final de cada exercício. A amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e em condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela Administração. **g) Passivos Circulantes:** As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das Demonstrações Financeiras e reportadas nas Demonstrações Financeiras de acordo com o CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis. **h) Outras obrigações:** Outras obrigações são compostas por valores devidos às empresas credenciadas aos arranjos de pagamento em decorrência das transações de pagamento realizadas em regime de adesão e interparcialidade. **i) Reconhecimento de Receitas e Despesas:** As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, a título de remuneração pelo acesso para comercialização e distribuição de produtos Pré-Pagos e Pós-Pagos, disponibilizados na Rede de Distribuição da CAIXA. A Companhia reconhece a receita quando satisfetias as obrigações de desempenho, transferindo o serviço ao cliente. O serviço é considerado como transferido quando o cliente obtém seu controle. As receitas e despesas são reconhecidas na competência e reportadas nas Demonstrações Financeiras do período a que se referem. Os Custos Operacionais são compostos (a) pela comissão paga à CAIXA Cartões pelo uso do balcão para comercialização dos serviços da Companhia, sendo apropriados quando do cumprimento dos termos contratuais pactuados; (b) pelos custos previstos no Contrato de Prestação de Serviços ("Operational Support - BPO") pago a VR Benefícios pela gestão, processamento, operacionalização e backoffice dos produtos Pré-Pagos; (c) pelos custos de aquisição de produtos e backoffice dos Produtos de Mobilidade; e (d) custos oriundos do Programa de Fidelidade para os clientes que possuem tal acordo em contrato comercial, tais custos são reconhecidos aplicando-se percentual de fidelidade acordado com o cliente sobre o faturamento, desde que os valores não sejam maiores que 10% do valor contratado nos produtos CAIXA Alimentação/CAIXA Refeição, doravante CA/CR. **4. REPRESENTAÇÃO DE VALORES COMPARATIVOS CORRESPONDENTES**
A Administração da CAIXA Cartões Pré-Pagos S.A. efetuou análise sobre a amortização de seu ativo intangível oriundo do Instrumento de Outorga do Direito de Exploração Econômica do acesso à Rede de Distribuição, à Base de Clientes e aos Intangíveis CAIXA. Este estudo foi realizado com o apoio de consultoria externa independente com o objetivo de ajustar os fluxos líquidos de amortização de acordo com as entradas dos produtos/canal. O estudo foi finalizado em 11 de dezembro de 2023, antes da divulgação destas informações acima, em que se concluiu pelo ajuste de valores comparativos correspondentes às demonstrações financeiras de 2022. É fundamental esclarecer que o Ativo Intangível será amortizado a partir do momento que estiver pronto para uso nas condições pretendidas pela Administração, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou para o ativo pronto para uso, sendo que alguns necessitam de desenvolvimentos sistêmicos bem como aprovação de trâmites jurídicos.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
3.1. Demonstração do Resultado:
3.2. Demonstração do Resultado do Exercício:
3.3. Demonstração do Resultado Abrangente:
3.4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido:
3.5. Demonstração do fluxo de caixa:
3.6. Demonstração de Fluxo de caixa indireto:
3.7. Clientes a receber:
3.8. Despesas Antecipadas:
3.9. Tributos a recuperar:
3.10. Impostos e contribuições sobre o lucro:
3.11. Intangível:
3.12. Outras obrigações:
3.13. Outras contas a pagar:
3.14. Outras operações:
3.15. Outras contas a pagar:
3.16. Outras operações:
3.17. Patrimônio líquido:
3.18. Desdobramento das principais contas da Demonstração de Resultado:
3.19. Outras operações:
3.20. Outras operações:
3.21. Outras operações:
3.22. Outras operações:
3.23. Outras operações:
3.24. Outras operações:
3.25. Outras operações:
3.26. Outras operações:
3.27. Outras operações:
3.28. Outras operações:
3.29. Outras operações:
3.30. Outras operações:
3.31. Outras operações:
3.32. Outras operações:
3.33. Outras operações:
3.34. Outras operações:
3.35. Outras operações:
3.36. Outras operações:
3.37. Outras operações:
3.38. Outras operações:
3.39. Outras operações:
3.40. Outras operações:
3.41. Outras operações:
3.42. Outras operações:
3.43. Outras operações:
3.44. Outras operações:
3.45. Outras operações:
3.46. Outras operações:
3.47. Outras operações:
3.48. Outras operações:
3.49. Outras operações:
3.50. Outras operações:
3.51. Outras operações:
3.52. Outras operações:
3.53. Outras operações:
3.54. Outras operações:
3.55. Outras operações:
3.56. Outras operações:
3.57. Outras operações:
3.58. Outras operações:
3.59. Outras operações:
3.60. Outras operações:
3.61. Outras operações:
3.62. Outras operações:
3.63. Outras operações:
3.64. Outras operações:
3.65. Outras operações:
3.66. Outras operações:
3.67. Outras operações:
3.68. Outras operações:
3.69. Outras operações:
3.70. Outras operações:
3.71. Outras operações:
3.72. Outras operações:
3.73. Outras operações:
3.74. Outras operações:
3.75. Outras operações:
3.76. Outras operações:
3.77. Outras operações:
3.78. Outras operações:
3.79. Outras operações:
3.80. Outras operações:
3.81. Outras operações:
3.82. Outras operações:
3.83. Outras operações:
3.84. Outras operações:
3.85. Outras operações:
3.86. Outras operações:
3.87. Outras operações:
3.88. Outras operações:
3.89. Outras operações:
3.90. Outras operações:
3.91. Outras operações:
3.92. Outras operações:
3.93. Outras operações:
3.94. Outras operações:
3.95. Outras operações:
3.96. Outras operações:
3.97. Outras operações:
3.98. Outras operações:
3.99. Outras operações:
3.100. Outras operações:

3.101. Outras operações:
3.102. Outras operações:
3.103. Outras operações:
3.104. Outras operações:
3.105. Outras operações:
3.106. Outras operações:
3.107. Outras operações:
3.108. Outras operações:
3.109. Outras operações:
3.110. Outras operações:
3.111. Outras operações:
3.112. Outras operações:
3.113. Outras operações:
3.114. Outras operações:
3.115. Outras operações:
3.116. Outras operações:
3.117. Outras operações:
3.118. Outras operações:
3.119. Outras operações:
3.120. Outras operações:
3.121. Outras operações:
3.122. Outras operações:
3.123. Outras operações:
3.124. Outras operações:
3.125. Outras operações:
3.126. Outras operações:
3.127. Outras operações:
3.128. Outras operações:
3.129. Outras operações:
3.130. Outras operações:
3.131. Outras operações:
3.132. Outras operações:
3.133. Outras operações:
3.134. Outras operações:
3.135. Outras operações:
3.136. Outras operações:
3.137. Outras operações:
3.138. Outras operações:
3.139. Outras operações:
3.140. Outras operações:
3.141. Outras operações:
3.142. Outras operações:
3.143. Outras operações:
3.144. Outras operações:
3.145. Outras operações:
3.146. Outras operações:
3.147. Outras operações:
3.148. Outras operações:
3.149. Outras operações:
3.150. Outras operações:
3.151. Outras operações:
3.152. Outras operações:
3.153. Outras operações:
3.154. Outras operações:
3.155. Outras operações:
3.156. Outras operações:
3.157. Outras operações:
3.158. Outras operações:
3.159. Outras operações:
3.160. Outras operações:
3.161. Outras operações:
3.162. Outras operações:
3.163. Outras operações:
3.164. Outras operações:
3.165. Outras operações:
3.166. Outras operações:
3.167. Outras operações:
3.168. Outras operações:
3.169. Outras operações:
3.170. Outras operações:
3.171. Outras operações:
3.172. Outras operações:
3.173. Outras operações:
3.174. Outras operações:
3.175. Outras operações:
3.176. Outras operações:
3.177. Outras operações:
3.178. Outras operações:
3.179. Outras operações:
3.180. Outras operações:
3.181. Outras operações:
3.182. Outras operações:
3.183. Outras operações:
3.184. Outras operações:
3.185. Outras operações:
3.186. Outras operações:
3.187. Outras operações:
3.188. Outras operações:
3.189. Outras operações:
3.190. Outras operações:
3.191. Outras operações:
3.192. Outras operações:
3.193. Outras operações:
3.194. Outras operações:
3.195. Outras operações:
3.196. Outras operações:
3.197. Outras operações:
3.198. Outras operações:
3.199. Outras operações:
3.200. Outras operações:

3.201. Outras operações:
3.202. Outras operações:
3.203. Outras operações:
3.204. Outras operações:
3.205. Outras operações:
3.206. Outras operações:
3.207. Outras operações:
3.208. Outras operações:
3.209. Outras operações:
3.210. Outras operações:
3.211. Outras operações:
3.212. Outras operações:
3.213. Outras operações:
3.214. Outras operações:
3.215. Outras operações:
3.216. Outras operações:
3.217. Outras operações:
3.218. Outras operações:
3.219. Outras operações:
3.220. Outras operações:
3.221. Outras operações:
3.222. Outras operações:
3.223. Outras operações:
3.224. Outras operações:
3.225. Outras operações:
3.226. Outras operações:
3.227. Outras operações:
3.228. Outras operações:
3.229. Outras operações:
3.230. Outras operações:
3.231. Outras operações:
3.232. Outras operações:
3.233. Outras operações:
3.234. Outras operações:
3.235. Outras operações:
3.236. Outras operações:
3.237. Outras operações:
3.238. Outras operações:
3.239. Outras operações:
3.240. Outras operações:
3.241. Outras operações:
3.242. Outras operações:
3.243. Outras operações:
3.244. Outras operações:
3.245. Outras operações:
3.246. Outras operações:
3.247. Outras operações:
3.248. Outras operações:
3.249. Outras operações:
3.250. Outras operações:
3.251. Outras operações:
3.252. Outras operações:
3.253. Outras operações:
3.254. Outras operações:
3.255. Outras operações:
3.256. Outras operações:
3.257. Outras operações:
3.258. Outras operações:
3.259. Outras operações:
3.260. Outras operações:
3.261. Outras operações:
3.262. Outras operações:
3.263. Outras operações:
3.264. Outras operações:
3.265. Outras operações:
3.266. Outras operações:
3.267. Outras operações:
3.268. Outras operações:
3.269. Outras operações:
3.270. Outras operações:
3.271. Outras operações:
3.272. Outras operações:
3.273. Outras operações:
3.274. Outras operações:
3.275. Outras operações:
3.276. Outras operações:
3.277. Outras operações:
3.278. Outras operações:
3.279. Outras operações:
3.280. Outras operações:
3.281. Outras operações:
3.282. Outras operações:
3.283. Outras operações:
3.284. Outras operações:
3.285. Outras operações:
3.286. Outras operações:
3.287. Outras operações:
3.288. Outras operações:
3.289. Outras operações:
3.290. Outras operações:
3.291. Outras operações:
3.292. Outras operações:
3.293. Outras operações:
3.294. Outras operações:
3.295. Outras operações:
3.296. Outras operações:
3.297. Outras operações:
3.298. Outras operações:
3.299. Outras operações:
3.300. Outras operações:

3.301. Outras operações:
3.302. Outras operações:
3.303. Outras operações:
3.304. Outras operações:
3.305. Outras operações:
3.306. Outras operações:
3.307. Outras operações:
3.308. Outras operações:
3.309. Outras operações:
3.310. Outras operações:
3.311. Outras operações:
3.312. Outras operações:
3.313. Outras operações:
3.314. Outras operações:
3.315. Outras operações:
3.316. Outras operações:
3.317. Outras operações:
3.318. Outras operações:
3.319. Outras operações:
3.320. Outras operações:
3.321. Outras operações:
3.322. Outras operações:
3.323. Outras operações:
3.324. Outras operações:
3.325. Outras operações:
3.326. Outras operações:
3.327. Outras operações:
3.328. Outras operações:
3.329. Outras operações:
3.330. Outras operações:
3.331. Outras operações:
3.332. Outras operações:
3.333. Outras operações:
3.334. Outras operações:
3.335. Outras operações:
3.336. Outras operações:
3.337. Outras operações:
3.338. Outras operações:
3.339. Outras operações:
3.340. Outras operações:
3.341. Outras operações:
3.342. Outras operações:
3.343. Outras operações:
3.344. Outras operações:
3.345. Outras operações:
3.346. Outras operações:
3.347. Outras operações:
3.348. Outras operações:
3.349. Outras operações:
3.350. Outras operações:
3.351. Outras operações:
3.352. Outras operações:
3.353. Outras operações:
3.354. Outras operações:
3.355. Outras operações:
3.356. Outras operações:
3.357. Outras operações:
3.358. Outras operações:
3.359. Outras operações:
3.360. Outras operações:
3.361. Outras operações:
3.362. Outras operações:
3.363. Outras operações:
3.364. Outras operações:
3.365. Outras operações:
3.366. Outras operações:
3.367. Outras operações:
3.368. Outras operações:
3.369. Outras operações:
3.370. Outras operações:
3.371. Outras operações:
3.372. Outras operações:
3.373. Outras operações:
3.374. Outras operações:
3.375. Outras operações:
3.376. Outras operações:
3.377. Outras operações:
3.378. Outras operações:
3.379. Outras operações:
3.380. Outras operações:
3.381. Outras operações:
3.382. Outras operações:
3.383. Outras operações:
3.384. Outras operações:
3.385. Outras operações:
3.386. Outras operações:
3.387. Outras operações:
3.388. Outras operações:
3.389. Outras operações:
3.390. Outras operações:
3.391. Outras operações:
3.392. Outras operações:
3.393. Outras operações:
3.394. Outras operações:
3.395. Outras operações:
3.396. Outras operações:
3.397. Outras operações:
3.398. Outras operações:
3.399. Outras operações:
3.400. Outras operações:

3.401. Outras operações:
3.402. Outras operações:
3.403. Outras operações:
3.404. Outras operações:
3.405. Outras operações:
3.406. Outras operações:
3.407. Outras operações:
3.408. Outras operações:
3.409. Outras operações:
3.410. Outras operações:
3.411. Outras operações:
3.412. Outras operações:
3.413. Outras operações:
3.414. Outras operações:
3.415. Outras operações:
3.416. Outras operações:
3.417. Outras operações:
3.418. Outras operações:
3.419. Outras operações:
3.420. Outras operações:
3.421. Outras operações:
3.422. Outras operações:
3.423. Outras operações:
3.424. Outras operações:
3.425. Outras operações:
3.426. Outras operações:
3.427. Outras operações:
3.428. Outras operações:
3.429. Outras operações:
3.430. Outras operações:
3.431. Outras operações:
3.432. Outras operações:
3.433. Outras operações:
3.434. Outras operações:
3.435. Outras operações:
3.436. Outras operações:
3.437. Outras operações:
3.438. Outras operações:
3.439. Outras operações:
3.440. Outras operações:
3.441. Outras operações:
3.442. Outras operações:
3.443. Outras operações:
3.444. Outras operações:
3.445. Outras operações:
3.446. Outras operações:
3.447. Outras operações:
3.448. Outras operações:
3.449. Outras operações:
3.450. Outras operações:
3.451. Outras operações:
3.452. Outras operações:
3.453. Outras operações:
3.454. Outras operações:
3.455. Outras operações:
3.456. Outras operações:
3.457. Outras operações:
3.458. Outras operações:
3.459. Outras operações:
3.460. Outras operações:
3.461. Outras operações:
3.462. Outras operações:
3.463. Outras operações:
3.464. Outras operações:
3.465. Outras operações:
3.466. Outras operações:
3.467. Outras operações:
3.468. Outras operações:
3.469. Outras operações:
3.470. Outras operações:
3.471. Outras operações:
3.472. Outras operações:
3.473. Outras operações:
3.474. Outras operações:
3.475. Outras operações:
3.476. Outras operações:
3.477. Outras operações:
3.478. Outras operações:
3.479. Outras operações:

DISPUTAS

Prefeitura de São Paulo quer criar Parque do Bixiga para criar Parque do Bixiga

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei que cria o Parque do Bixiga, na região central da cidade. O texto foi protocolado na noite dessa segunda-feira, 8, e agora segue para avaliação de Comissões no Legislativo antes de ir ao plenário.

O terreno onde o parque deve ser criado é de propriedade do Grupo Silvio Santos e já foi alvo de disputas judiciais movidas pelo idealizador do projeto, o dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, que morreu em 2023 aos 86 anos em um incêndio. A intenção inicial dos proprietários era construir edifícios no local, mas é discutida a possibilidade de venda para a Prefeitura.

A despesa de compra poderá ser coberta a partir dos valores obtidos em acordo de R\$1 bilhão fechado entre Prefeitura, Ministério Público do Estado e a Universidade Nove de Julho (Uninove), em função de processo envolvendo ocupações de pagamento de propinas pela instituição a fiscais municipais.

Segundo o texto apresentado à Câmara, as despesas para implementação do parque partirão de “dotações orçamentárias próprias” que, em caso de necessidade, poderão ser suplementadas.

A proposta aponta o bairro do Bixiga como local histórico em função da presença cultural plural e misturas entre

povos, línguas e histórias. Destaca ainda ser território “único, fruto de luta popular que o defendeu para a criação de um parque que sirva aos moradores e visitantes da região”.

De acordo com o Executivo, o projeto está alinhado a objetivos estratégicos do 7º artigo do Plano Diretor vigente na cidade, entre os quais o texto destaca a ampliação e requalificação dos espaços públicos, as áreas verdes e permeáveis e a paisagem; proteção do patrimônio histórico, cultural e religioso e valorização a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade e recuperação e reabilitação das áreas centrais da cidade.

Em 2020, a Câmara havia aprovado a criação do Parque do Bixiga em projeto assinado por 27 vereadores e ex-vereadores de partidos diversos. A celebração foi interrompida dias depois, com o veto da gestão Bruno Covas (PSDB), que tinha Ricardo Nunes (MDB) como vice. O veto foi assinado pelo então prefeito em exercício e presidente da Câmara à época, Eduardo Tuma (PSDB).

A justificativa foi que a declaração de utilidade pública de bens particulares é “ato típico da gestão administrativa” e que o projeto não indicava a possível dotação orçamentária para viabilizar a implantação.

O veto ainda ressaltava que o espaço não está entre os parques prioritários dispostos no Plano Diretor e que não tem “vegetação sig-

nificativa”. A área tem cerca de 11 mil m². A época, o Oficina chamou a decisão de “covarde, autoritária e irresponsável”.

Um novo projeto de lei foi levado à Câmara e aprovado em primeira discussão, em 2022, do então vereador Eduardo Suplicy (PT). O texto não foi colocado para segunda e definitiva votação. Após a morte do dramaturgo, o vereador Celso Giannazi (PSOL) apresentou um substitutivo ao texto, para que espaço seja batizado de Parque Municipal do Rio Bixiga - Zé Celso Martinez Corrêa.

O Teatro Oficina fica no Bixiga, na Rua Jaceguai, desde os anos 1960. Em 1986, ganhou o projeto atual (de Lina Bo Bardi e Edson Elito), caracterizado pelo palco-passarela e outras propostas inovadoras para a arquitetura teatral brasileira. O imóvel é tombado nas esferas municipal, estadual e federal.

Um dos argumentos de Zé Celso pela defesa do parque é que Lina e Elito já propunham uma praça pública junto ao teatro, batizada de Anhangabaú da Feliz Cidade. Além disso, os prédios poderiam obstruir a visão do janelão que ocupa grande parte de uma das fachadas laterais do imóvel, enquanto o parque traria lazer e um “respiro” à vizinhança.

A mobilização contra construções do entorno do parque cresceu especialmente

após 2000, quando foi aprovado um projeto para a construção de um shopping no local. Uma outra proposta que incorporava o teatro ao shopping foi apresentada quatro anos depois, também criticada pelo Oficina e posteriormente abandonada pela iniciativa privada.

Depois do shopping, foi a vez das torres. Em 2008, um projeto da Sisan Empreendimentos Imobiliários (ligada ao Grupo Silvio Santos) propôs a construção de um condomínio de três prédios. A obra teve entraves para a aprovação, mas chegou a obter decisões favoráveis nos órgãos municipal e estadual de patrimônio e longo daquela década e da seguinte, mas não saiu do papel.

O vaivém de decisões foi celebrado e criticado em textos de Zé Celso. “Vitória! Vitória! Vitória! Vitória/vitória do respiro vazioda sol! / vitória da nossa paixão !”, escreveu em um deles, com o estilo de linguagem que lhe era característico.

Em 2017, por exemplo, o conselho estadual de patrimônio cultural chegou a liberar a construção de prédios no local, reacendendo a mobilização, que foi posteriormente barrada em outras esferas. Uma reunião de mediação foi então realizada entre Zé Celso e Silvio Santos, mediada pelo prefeito à época, João Doria (então no PSDB), mas não obteve acordo.

RANKING

Homicídio e pobreza são desafios do Brasil em comparação ao G20

A proporção de homicídios no Brasil é um dos indicadores mais desafiadores do país em uma comparação de dados envolvendo países do G20 (Grupo dos 20, que reúne as principais economias do mundo). A população que vive abaixo da linha de pobreza e a presença de mulheres no Congresso Nacional também são pontos que chamam atenção negativamente.

Por outro lado, a participação de mulheres em posições gerenciais e a taxa de informalidade feminina no mercado de trabalho são pontos positivos do Brasil na comparação internacional.

As constatações fazem parte do estudo Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20, divulgado nesta terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento apresenta indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incluem a Agenda 2030, um conjunto de metas a serem atingidas pelos países. Os ODS são um compromisso assinado pelos integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015.

Apesar de a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) participarem do G20, esses blocos não estão incluídos na comparação do IBGE. Isso significa que 19 países fazem parte do universo de pesquisa. No entanto, o instituto sinaliza que nem todos disponibilizaram à ONU todas as informações pesquisadas.

Dos sete indicadores ODS comparados, o que mostra o Brasil em pior situação é o número de vítimas de homicídio intencional, por 100 mil habitantes. Os registros são de 2021, ano que apresentou o maior número de homicídios intencionais no mundo em relação as duas últimas décadas.

Entre os 15 países do G20 com informações liberadas, África do Sul, México e Brasil apresentam os maiores números.

No país africano, o índice chegou a 72,04 por 100 mil habitantes entre os homens. Em seguida figuram México (50,54) e Brasil (39,55). Japão (0,25), Coreia do Sul (0,55), Itália (0,64) e Alemanha (0,87) se destacam positivamente.

É possível notar grande diferença de proporção entre homens e mulheres. África do Sul (10,67), México (6,17) e Brasil (3,53) também lideram o ranking de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes.

Para efeito de comparação, a taxa global foi de 5,8 por 100 mil, sendo 9,3 para homens e 2,2 para mulheres. O ODS prevê a redução significativa de todas as formas de violência e as taxas de mortalidade.

Nove países do G20 fornecem dados sobre a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional – US\$ 2,15 por dia (cerca de R\$ 11). O Brasil é o segundo país com maior proporção, com 5,8% da população nesta situação. Perde apenas para a Índia, que tem 12,9% da população abaixo da linha de pobreza. França (0,1%), Estados Unidos (0,2%) e Reino Unido (0,2%) têm as menores proporções.

Os números compilados são de 2021. Isso significa que não registra efeitos mais recentes, como a crise econômica na Argentina, que aparece com apenas 0,9% da população abaixo da linha corte.

É um ODS erradicar a pobreza extrema. O estudo

do IBGE adianta que o Brasil, diferentemente da maioria dos países do G20, já apresentou dados de 2022, alcançando o índice de 3,5%.

Quando o assunto é participação feminina, o Brasil se destaca na proporção de mulheres em posições gerenciais. Dos 15 países ranqueados, o Brasil figura em terceiro, com 38,8%, atrás apenas de Estados Unidos (41,4%) e Rússia (46,2%). Os números são de 2021.

No entanto, quando a avaliação é referente à proporção de assentos ocupados por mulheres em parlamentos nacionais, dados de 2022 colocam o Brasil na penúltima posição entre as 19 nações, com 14,81%. O Brasil fica à frente somente do Japão (9,68%). O ranking é liderado pelo México, que alcançou a igualdade, ou seja, metade das vagas são ocupadas por mulheres.

O levantamento aponta o quadro de desemprego, fazendo recorte analítico por idade e sexo. Os piores índices pertencem à África do Sul. No país africano, cerca de metade da população masculina está desocupada. Entre as mulheres, o desemprego atinge cerca de um quarto delas.

O Brasil encontra-se na metade superior do ranking, rodeado de países emergentes e ainda distante de economias desenvolvidas, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Itália e França surgem em posições piores que a do Brasil.

Entre homens jovens brasileiros (15 a 24 anos), a taxa de desocupação é de 17,64%. Para as jovens brasileiras, 5,52%. Na população a partir de 25 anos, as taxas brasileiras são de 24,71% para homens e 8,85 para mulheres. No Japão, nenhuma dessas taxas chega a sequer 5%.

Outro indicador relacionado ao mercado de trabalho é a taxa de informalidade, isto é, com garantias trabalhistas. A Índia tem os piores índices para homens (88,18%) e mulheres (91,32%). O Brasil ocupa a sexta posição na listagem de dez países – 40,26% para homens e 36,08% para mulheres. Alemanha e França, na ordem, apresentam as melhores situações, com menos de 5% da força produtiva na informalidade.

Treze países disponibilizam dados de 2021 relativo à taxa de conclusão do ensino médio. Com o melhor indicador, os Estados Unidos alcançaram 94,58%. O Brasil é o nono, com 73,37%, e o México fecha a lista, com 59,53%.

O IBGE considera que o estudo “traz para o debate as sinergias existentes entre a Agenda 2030 e o G20, fornecendo um primeiro conjunto de informações que possam subsidiar as discussões sobre o tema das desigualdades”.

Desde dezembro de 2023 o Brasil é o presidente rotativo do G20. Ao longo deste ano, uma série de encontros para tratar de desafios globais são realizados por grupos de trabalho e forças-tarefa. O ponto alto da presidência brasileira no fórum de países será o encontro de cúpula, nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

O G20 é formado por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e mais a União Africana e União Europeia.

Os membros do grupo representam cerca de 85% da economia mundial e cerca de dois terços da população do planeta.

Unipar

DATA, HORA E LOCAL: 14 de março de 2024, às 10h30, na sede social da Unipar Carbocloro S.A., localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, 2ª andar, Sala Dianas, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante convocação encaminhada aos Conselheiros em 09 de março de 2024, nos termos do artigo 21, §1º, do Estatuto Social da Companhia. Foram considerados presentes os Conselheiros que participaram de forma remota ou a distância, conforme faculta o artigo 21, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. Não compareceu o Sr. Luiz Barsi Filho nos termos do artigo 19, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. Assim, presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Bruno Soares Uchino - Presidente; Luiz Barsi Filho - Vice-Presidente; Lucas Queiroz Abud; João Guilherme de Andrade Sô Consilgio; Sergio Machado Terra; e Vítor Manuel Cavalcanti Mallmann.

MESA: Presidente: Bruno Soares Uchino; Secretário: André dos Santos Ferreira. **ORDEM DO DIA:** Deliberar a respeito da Proposta de Deliberação (“PD”), cuja cópia e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecem arquivados na sede da Companhia, sobre: (i) a) (Realização), pela Companhia, da sua 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, sem garantias reais ou fiduciárias, no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (“Notas Comerciais Escriturais”), conforme disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei 14.195” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o regime de Garantia Firme de Colocação, de acordo com os termos a serem previstos no Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), em conformidade com a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais disposições e regulamentações aplicáveis (“Oferta”, de acordo com os termos e condições do “Termo de Emissão da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição Pública”, de Unipar Carbocloro S.A., a ser celebrado entre a Companhia e o Colocador, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, e o Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais (“Agente Fiduciário” e “Termo de Emissão”, respectivamente); (ii) autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de know your client, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (iii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (iv) aprovação da realização de nova Reunião do Conselho de Administração, em caráter de urgência, para a realização de uma reunião de trabalho, sob o regime de Garantia Firme de Colocação, de acordo com os termos a serem previstos no Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), em conformidade com a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais disposições e regulamentações aplicáveis (“Oferta”, de acordo com os termos e condições do “Termo de Emissão da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição Pública”, de Unipar Carbocloro S.A., a ser celebrado entre a Companhia e o Colocador, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, e o Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais (“Agente Fiduciário” e “Termo de Emissão”, respectivamente); (v) autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de know your client, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (vi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (vii) ratificação todos e quaisquer atos já praticados pela Companhia para a efetivação da Emissão e/ou da Oferta, bem como todos aqueles necessários para a consecução das deliberações constantes dos itens (i), (ii) e (iii) acima, em conformidade com os termos e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (viii) aprovação da realização de nova Reunião do Conselho de Administração, em caráter de urgência, para a realização de uma reunião de trabalho, sob o regime de Garantia Firme de Colocação, de acordo com os termos a serem previstos no Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), em conformidade com a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais disposições e regulamentações aplicáveis (“Oferta”, de acordo com os termos e condições do “Termo de Emissão da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição Pública”, de Unipar Carbocloro S.A., a ser celebrado entre a Companhia e o Colocador, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, e o Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais (“Agente Fiduciário” e “Termo de Emissão”, respectivamente); (ix) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de know your client, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (x) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xiii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xiv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xvi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xvii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xviii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xix) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xx) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxiii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxiv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxvi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxvii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxviii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxix) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxx) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxiii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxiv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxvi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxvii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxviii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xxxix) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xl) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xli) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xlii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xliiii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xliv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xlv) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xlvi) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xlvii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; (xlviii) autorização para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário, dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil,

ATMA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 04.032.433/0001-80 - NIRE 35300180631 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Apesar de 2023, a Companhia devido a sua reestruturação vem apresentando um sólido desempenho operacional, com crescimento de receita e margem em suas principais linhas de negócio no 4T23 frente a 3T23. A receita cresceu 20% no 4T23 em comparativo com o 3T23. A ATMA aumentou sua presença em suas principais linhas de negócio, tanto na carteira atual de clientes, como na adição de novos clientes, com destaque para a aquisição da YOUTILITY que reforça a retomada do crescimento da Companhia.

O processo de reestruturação da ATMA envolveu (i) uma profunda revisão operacional, (ii) a reestruturação dos passivos operacionais e financeiros por meio de uma Recuperação Judicial e (iii) a readequação de suas obrigações fiscais com a celebração do Acordo. O processo de Recuperação Judicial foi ajuizado em Junho de 2022 e envolveu mais de 39 mil credores cujos créditos somavam o valor de face de mais 1,4 bilhão de reais. Conforme fatos relevantes devidamente divulgados pela Companhia, (i) em 3 de Março de 2023, os credores da Companhia em Assembleia Geral de Credores, aprovaram com 68,8% dos créditos presentes, o Plano de Recuperação Judicial e (ii) em 5 de Abril do mesmo ano houve a homologação do Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo do processo.

Com a celebração Termo de Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Companhia negociou mais de R\$560 milhões de reais. A reestruturação envolveu uma readequação do montante devido pela Companhia e um repagamento do cronograma de pagamento.

Como resultado da reestruturação, o impacto no Patrimônio Líquido da Companhia evoluiu de R\$ 300 milhões negativo no ano de 2022 para R\$ 290 milhões positivo em 2023. Adicionalmente, a Companhia apresentou significativa melhoria em sua liquidez, passando de 0,32 em 2022, para 0,94 no ano de 2023 no índice liquidez corrente.

Diante da exitosa conclusão do processo de reestruturação, a ATMA e suas companhias operacionais – Contax, ELFE, Ability e Youtility - entram em uma nova fase em sua estratégia operacional e de negócios. Sua retomada de crescimento concilia ao nosso profundo expertise já consolidado e reconhecido investimento em inovação, inteligência artificial generativa e serviços digitais.

Tudo isso suportado pela resiliência do nosso maior capital, nossos colaboradores, que acreditaram e se dedicaram a esse processo de superação de obstáculos com muita disciplina, entusiasmo e criatividade. Nossa gente é a garantia do compromisso que temos de entregar resultado, eficiência e dinamismo na construção de novos caminhos.

No lado do ESG, nossa Companhia é constituída dentro de um amplo espectro de diversidade, incluindo colaboradores das mais distintas etnias, raças, gêneros e habilidades (habilidades físicas, condições físicas, orientações sexuais, formações e origens).

Foram realizados mais de 16 mil treinamentos no período em temas como conduta ética, política anticorrupção, combate ao assédio moral e sexual, segurança da informação e compliance.

Reafirmamos nosso compromisso com o longo prazo, preservando a segurança de todo o nosso time e certos de que os resultados financeiros e operacionais obtidos no ano reforçam a confiança, na equipe e na capacidade de geração de valor aos todos os stakeholders.

Recursos Brutos
Nossa estratégia de crescimento está fundamentada em 3 pilares, sendo: (i) Tecnologia como fator chave para impulsionar o desenvolvimento de serviços, (ii) a recuperação gradual do Market Share, pelo a eficiência operacional e competitividade e da (iii) retomada de uma oferta de *cost selling*, principalmente na integração de serviços de atendimento, vendas e cobrança.

A receita da Companhia no 4T23 apresentou um incremento de R\$ 15 milhões em relação ao 3T23, passando de R\$ 71 milhões para R\$ 86 milhões. No acumulado do ano a receita totalizou R\$ 356 milhões, com crescimento de 20% no 4T23. Esta melhoria se deve ao crescimento apresentado em todas as unidades de negócio tanto, na carteira atual de clientes, como com o início de operações com novos clientes.

Custos
No 4T23, a Companhia manteve o bom desempenho do resultado bruto, confirmando a melhoria efetiva em sua eficiência operacional.

Os custos representaram 62% do resultado bruto do 4T23 frente ao 3T23, com redução de 2 pontos percentuais em relação ao custo dos operacionais, durante o ano de 2023 o resultado ainda apresenta impactos relacionados a queda de Receita e principalmente com desmobilizações de pessoas e sites operacionais.

Em milhões de R\$	2023	2022	YoY
Receita Líquida	3076	672,0	-54%
Custo dos serviços prestados Gerais e Administrativas	(346,7)	(746,6)	16%
(+) Depreciação e amortização	(109,1)	(102,2)	7%
EBITDA	1,1	(64,8)	-2%

Em milhões de R\$	4T23	3T23	OoQ	4T22	YoY
Receita Líquida	85,6	71,4	20%	114,6	-25%
Custo dos serviços prestados Gerais e Administrativas	(52,4)	(87,9)	16%	(147,6)	36%
(+) Depreciação e amortização	(54,0)	(3,2)	1587%	(19,3)	-122%
EBITDA	30,2	26,2	15%	40,2	198%
EBITDA	9,4	6,5	45%	(42,1)	-22%

No ano de 2023 a Companhia apresentou break-even operacional, com um EBITDA recorrente de R\$ 1,1MM, fruto da continuidade da redução de custos de operação em seus produtos e serviços, o que gerou ganhos mesmo que incide em custos adicionais de implantação. Considerando todos os efeitos nos passivos decorrentes da Transação, no 4º trimestre, a Companhia reverteu seu PL deixando positivo em R\$290MM. Ajustou sua dívida em R\$143,4MM e obteve índices de liquidez de 0,94.

Em milhões de R\$	31/12/2023	31/12/2022	Δ
Ativo Circulante	377,2	401,8	(24,62)
Passivo Circulante	401,4	1.272,1	(870,796)
Índice de liquidez corrente	0,94	0,32	0,62

Em milhões de R\$	2023	2022	Δ	4T23	3T23	Δ%	4T22	Δ%
Receita operacional líquida	3076	672,0	-54%	85,6	71,4	20%	114,6	-25%
Custos operacionais	(346,7)	(746,6)	16%	(52,4)	(87,9)	16%	(147,6)	36%
Prejuízo operacional bruto	(39,1)	(75)	-48%	33,2	(16,5)	n.m.	(33,3)	-65%
Gerais e administrativas	(109,1)	(102,2)	7%	(54,0)	(3,1)	1641%	(19,3)	179%
Outras despesas operacionais	(181,5)	(144,0)	-50%	(51,9)	11,1	n.m.	46,9	n.m.
Resultado operacional	(220,5)	(74,8)	195%	(72,7)	(8,5)	759%	(0,7)	n.m.
Recursos financeiros	752,4	6,7	1101%	260,8	14,4	1715%	6,1	n.m.
Despesas financeiras	(56,5)	(10,2)	-80%	(12,7)	(13,7)	n.m.	(15,2)	n.m.
Resultado financeiro	695,9	(134,5)	n.m.	264,9	0,7	n.m.	(19,1)	n.m.
Efeitos da Recuperação Judicial	453,8	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos da transação PGFN	253,4	-	-	(253,4)	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional antes do IR e CSLL	475,4	(209,3)	n.m.	192,2	(7,8)	n.m.	(24,8)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	114,6	0,0	n.m.	114,6	0,0	n.m.	0,0	n.m.
Lucro (Prejuízo) do período	590,0	(209,3)	n.m.	306,8	(7,8)	n.m.	(24,8)	n.m.
Exclusões EBITDA	149,3	11,9	33%	30,2	26,1	-16%	28,5	6%
TOTAL EBITDA	1,1	(64,8)	-102%	9,4	26,1	45%	3,6	n.m.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
ATIVO					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	10	59.329	Forneedores	12	531	1.852	21.824
Contas a receber de clientes	5.1	-	-	85.355	Salários, encargos sociais e benefícios	13	2.046	1.697	125.937
Contratos em garantia	5.2	-	-	3.373	Empréstimos e financiamentos	16	-	5.383	83.320
Tributos a recuperar	6	982	876	181.831	Debêntures	16.1	-	97.104	94.316
Despesas antecipadas e demais ativos	7	-	-	14.122	Tributos a recolher	14	1.458	4.119	155.175
Total do ativo circulante	983	886	344.011	401.822	Passivos de arrendamento	17	-	6.346	44.233
ATIVO NÃO CIRCULANTE					Demais obrigações	19	34	4.847	8.752
Depósitos judiciais	18	16.561	16.558	188.444	Total do passivo circulante	4.069	115.002	401.355	1.272.141
IRPJ e CSLL diferidos	15	625	8.579	124.305	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Despesas antecipadas e demais ativos	7	-	-	45.895	Forneedores	12	1.204	-	39.230
Partes relacionadas	293	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	16.2	1.710	-	15.404
Investimentos em controladas	8.1	561.207	161.527	-	Debêntures	16.1	68.956	-	104.296
Imobilizado	9	-	-	27.347	Tributos a recolher	14	9.814	22.979	222.136
Intangível	10	356.305	396.968	692.912	IRPJ e CSLL diferidos	15	133.716	150.991	264.790
Direito de uso	11	-	-	21.541	Passivos de arrendamento	17	-	-	18.672
Total do ativo não circulante	934.992	583.632	1.100.445	1.305.327	Provisão de contingências	18	-	-	67.022
TOTAL DO ATIVO	935.975	584.518	1.444.456	1.707.149	Partes relacionadas	20	402.505	331.392	4.989
					Dividendos a pagar	21.3	4.527	13.198	4.527
					Obrigações com controladas	19	19.447	250.882	-
					Demais obrigações	19	-	-	12.009
					Total do passivo não circulante	641.879	769.442	753.074	734.934
					TOTAL DO PASSIVO	645.948	884.444	1.154.429	2.007.075
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	21	1.419.403	1.419.403	1.419.403
					Reserva de capital		154.017	154.017	154.017
					Outros resultados abrangentes		(364.195)	(364.195)	(364.195)
					Prejuízo acumulado		(919.198)	(1.509.151)	(919.198)
					Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	290.027	(299.926)	290.027	(299.926)
					TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	935.975	584.518	1.444.456	1.707.149

Demonstração dos resultados exercicios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	22	-	307.605	672.022
Custos dos serviços prestados	23.1	-	(346.733)	(746.570)
Resultado operacional bruto	-	-	(39.128)	(74.548)
Gerais e administrativas	23.2	(2.364)	(4.860)	(109.143)
Outras (Despesas) receitas operacionais, líquidas	24	(29.070)	(42.136)	(72.310)
Resultado de equivalência patrimonial	8	551.257	(387.088)	-
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras	519.823	(434.084)	(220.581)	(320.729)
Receitas financeiras	25.1	78.111	2	752.372
Despesas financeiras	25.2	(10.061)	(21.159)	(56.469)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	587.873	(455.241)	475.322	(455.241)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15	2.080	-	114.631
Lucro (Prejuízo) do exercício	589.953	(455.241)	589.953	(455.241)
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária (em Reais):				
Básico	26	22,0871	(17,0436)	22,0871
Diluído		22,0871	(17,0436)	22,0871

Demonstração dos resultados abrangentes exercicios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	589.953	(455.241)	589.953	(455.241)
Outros resultados abrangentes	-	-	762	-
Resultado abrangente total do exercício	589.953	(455.241)	590.715	(455.241)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercicios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva especial de ágio		Outras reservas de capital		Valor justo	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.419.403	(19.450)	10.675	162.792	162.792	(365.300)	343	(1.053.910)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de debêntures - ajuste a valor justo, líquido IR/CS	-	-	-	-	-	-	-	1.105
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.419.403	(19.450)	10.675	162.792	162.792	(364.195)	-	(455.241)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.419.403	(19.450)	10.675	162.792	162.792	(364.195)	-	(919.198)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATMA Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (ATMA ou Companhia), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, incisos II e III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo examinado o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e tomando como base e com base os esclarecimentos prestados pelos representantes da Companhia e da Mazars Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, em todos os seus aspectos, examinadas à luz da legislação societária vigente, estão adequadamente apresentadas e recomendam o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal:

- Análise da recuperação do ágio e o imposto de renda e contribuição social diferido: administração irá conduzir a discussão desses itens, que dependerá do desempenho da companhia durante os próximos exercicios.
- Questionamos sobre a cédula de ajustes, fomos informados pela auditoria que os valores são imateriais. E não há saldos pendentes a serem ajustados de anos anteriores.
- Questionamos sobre as despesas de terceiros, fomos informados que a auditoria efetuou teste de voucher, e não foram identificadas divergências.
- Indagamos sobre erro e fraude, fomos informados que não foram identificados possíveis indícios de erros e fraudes.

- Questionamos sobre os eventos subsequentes, fomos informados que os eventos relevantes foram adequadamente divulgados.
- Indagamos se houve alterações nas práticas contábeis, e novos CPCs, fomos informados que não houve alteração nas práticas contábeis e não houve impactos dos CPC's na empresa.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024.

Diretoria Executiva		Diretor Presidente	
André Felipe Rosado França			
Conselho de Administração			
Raúl Andrés Ortúzar Ramirez			Presidente
Mauro Antonio Cerchiarri			Vice-Presidente
André Felipe Rosado França			Conselheiro
Gustavo Scatamacchia dos Santos			Conselheiro
Thiago Renno Osório			Conselheiro
Conselho Fiscal			
Ricardo Saife Monteiro			Presidente
Ivan Vieira Ruivo			Conselheiro
Hugo Tadao Ozawa			Conselheiro
Rodrigo Santana Canhiçães			
Contador - CRC 1SP257861/O-9			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da ATMA Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (ATMA ou Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva
Reputabilidade de ágio
Conforme descrito nas notas explicativas de nº 08 e 10, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado em seu balanço ágios gerados sobre a perspectiva de rentabilidade futura de diversas aquisições efetuadas no montante de R\$ 394.978 mil (R\$ 394.978 mil em 31 de dezembro de 2022) na controladora, e o montante de R\$ 640.465 mil (R\$ 588.294 mil em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. Pelo fato da estruturação financeira e tributária da Companhia, a administração está em processo de revisão das premissas utilizadas para conclusão do estudo de recuperabilidade e da documentação suportada sobre os referidos ágios. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos registrados na rubrica de ágio em 31 de dezembro de 2023, assim, como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropri

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/93C0-643D-DC22-64EA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 93C0-643D-DC22-64EA



Hash do Documento

089EFA7816A809178082ECDBA0D01C5CF68214B4981520E4FEDCF39438761697

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 09/04/2024 23:39
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

